



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 37 - Nº 743 - DE 6 A 19 DE JULHO DE 2025 - R\$ 5,00



36 anos do Partido Operário Revolucionário | 1989 2025



Viva a luta pela revolução proletária!

Todo empenho em reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional

Diante da crise econômica e política que abala o governo Lula, que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta em defesa do programa próprio de reivindicações da classe operária, dos demais trabalhadores e da juventude oprimida

Defender o Irã, a Faixa de Gaza e demais nações oprimidas, sob a bandeira dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio



Pôr em pé a frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária!

36 anos do Partido Operário Revolucionário (POR), lutando sob a bandeira da IV Internacional

No momento em que o POR foi fundado, 1º de julho de 1989, a crise mundial já expressava o esgotamento da ordem capitalista constituída após a Segunda Guerra Mundial. A luta de classes dos explorados tendia ao acirramento contra a brutal opressão social e nacional. Os seus reflexos eram sentidos no Brasil nos marcos do fim da ditadura militar e da enorme instabilidade política com a transição para o restabelecimento da democracia burguesa oligárquica.

Em 1992, o primeiro presidente da República, Fernando Collor de Mello, PRN, eleito após o fim da ditadura, renunciou, para não ser derrubado por um impeachment. Assumiu o governo o seu vice Itamar Franco, que do PTB havia passado para o PMDB. Seu governo provisório aplainou o caminho para a ascensão do PSDB, que surgiu de uma cisão do PMDB. Esse período, marcado pela retomada do movimento operário e camponês, se encerrou com a eleição e reeleição de Fernando Henrique Cardoso, PSDB, que governou de 1995 a 2002. A repressão policial-militar à greve dos petroleiros em maio de 1995 expôs a resistência dos trabalhadores às contrarreformas antinacionais e antipopulares do governo do PSDB.

Uma verdadeira virada econômica foi imposta ao Brasil desde os Estados Unidos pelo programa neoliberal do Consenso de Washington, lançado em 1989. O imperialismo norte-americano havia desfechado uma ofensiva mundial para ampliar a hegemonia alcançada após a Segunda Guerra Mundial. Um dos acontecimentos significativos que fortaleceram a contrarrevolução foi a derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em dezembro de 1991, precedida pela convulsiva situação do Leste Europeu e dos Balcãs.

Nas entranhas do esgotamento da ditadura militar e da crise política que se prolongou no período seguinte à democratização, reergueu um sindicalismo impulsionado pelos instintos de revolta dos explorados e se gestou o PT como uma variante reformista da política burguesa. As contrarreformas de Fernando Henrique Cardoso – Plano Real – foram acionadas para sustentar a gigantesca dívida pública herdada da ditadura militar e um processo inflacionário que atingiu a maioria oprimida, resultando em maior pobreza, miséria e fome.

O PT ascendeu ao topo da política burguesa fazendo oposição ao neoliberalismo e apregoando a via do nacional-reformismo. A eleição de Lula em 2002 contou com o apoio de um setor da burguesia nacional, apesar da renhida oposição dos setores oligárquicos e pró-imperialistas. Abriu-se um período de marcada conciliação de classes, graças à adiantada burocratização e ao divisionismo sindical.

O POR se origina em contraposição à adaptação do PT ao Estado burguês e à disseminação da política de conciliação de classes no movimento sindical. Fez parte do processo de constituição de correntes de esquerda que se reivindicavam do socialismo e que procuravam se identificar com o trotskismo. Nesse mesmo momento, o estalinismo se encontrava dividido e se reorganizava.

A questão que surgiu no nascimento do POR foi a de se colocar a tarefa de elaborar o programa da revolução proletária e estabelecer em suas bases o internacionalismo marxista-leninista-trotskista. Esse ponto de partida justificará historicamen-

te a decisão de um pequeno grupo de militantes que se lançou à construção de um partido. O vínculo de alguns membros desse agrupamento com o Partido Operário Revolucionário da Bolívia, por intermédio de seu dirigente Guillermo Lora, que veio ao Brasil em 1990, foi decisivo para encontrar essa justificativa histórica do ponto de vista do internacionalismo proletário, ou seja, do reconhecimento da crise de direção e da necessidade de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Essa base inicial levou o POR a demonstrar que o PT havia chegado a um ponto de integração na política burguesa e nas instituições do Estado sem possibilidade de retorno. Essa linha lhe permitiu que não fosse arrastado pela tática do nacional-reformismo nas eleições em que aparecia a polarização entre partidos e candidatos de centro-direita e o PT, que, no momento, se postava como esquerda. Ao mesmo tempo, o POR nunca deixou de defender o PT dos ataques antidemocráticos de seus opositores. A situação mais significativa foi a resposta contra o golpe montado pela direita e ultradireita contra o governo de Dilma Rousseff e a prisão de Lula.

A preservação da independência política, organizativa e estratégica diante do nacional-reformismo, por um lado, distanciou o POR das demais correntes que se reivindicam do trotskismo, evidentemente, por outro lado, se contrapôs ao estalinismo. Não pode haver qualquer dúvida de que o PT se tornou um instrumento da contrarrevolução, ou seja, das forças que se apoiam no sistema capitalista de produção, exploração e distribuição. O PT, no momento em que assumiu o poder do Estado, se tornou um agente político da ditadura de classe da minoria capitalista sobre a maioria trabalhadora.

As correntes de esquerda, apesar da longa experiência com o nacional-reformismo – origem, desenvolvimento e decomposição –, continuam a se aliar ao PT e a votarem em Lula em nome da defesa da democracia e do combate à ultradireita golpista. A contraposição da linha do POR a essas correntes tem suas raízes na origem, quando se iniciou o trabalho de determinar as forças sociais e o caráter da revolução socialista no Brasil.

Indicamos que, nas décadas de 1980 e 1990, o capitalismo se revolveu na crise mundial que se despontou na década de 1970. Os equilíbrios alcançados com as vitórias da contrarrevolução foram passageiros. Hoje, quando o POR completa 36 anos, a conjuntura mundial está marcada pela retomada e aprofundamento dos desequilíbrios que resultam em contundentes choques entre as nações, chefiados pelo imperialismo. A emergência da China na década de 1990, impulsionada pela restauração capitalista, estabeleceu os limites da dominação norte-americana e evidenciou o declínio de sua quase absoluta hegemonia após a derrocada da URSS.

A ordem mundial capitalista se acha sobressaltada pelas guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza. A primeira, ainda pode se extrapolar para a Europa, embora os Estados Unidos tenham reorientado sua política no sentido de negociar os termos de uma paz. A segunda, esboçou uma guerra no Oriente Médio, mais recentemente com os bombardeios de Israel e Estados Unidos ao Irã. O imperialismo não oculta que vem potenciando a escalada militar, assentada na guerra comercial, que se dirige, principalmente, contra a China.

É nesse terreno que todas as correntes estão sendo testadas. O POR procura incessantemente analisar e compreender o percurso dessa crise, que em seu fundo se encontra o caráter imperialista do capitalismo, sua decomposição e a necessidade histórica de se retomar às revoluções proletárias. As contradições que provocam as guerras também trazem em seu interior as revoluções. Do ponto de vista objetivo, a luta de classes mundial amadurece as condições para as revoluções. Do ponto de vista subjetivo, coloca à luz do dia a necessidade de superar a crise de direção.

O POR, como seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), tem procurado aproximar sua linha programática o mais próximo possível da realidade objetiva, trabalhando incessantemente por se tornar um partido dirigente da classe operária e dos demais explorados e uma força capaz de contribuir com a reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista.

Esse é o sentido mais amplo e profundo da defesa que os marxista-leninista-trotskistas fazem dos 36 anos da existência do POR. O POR chama a vanguarda com consciência de classe a fortalecer o partido da revolução proletária.

Pontos sobre a situação nacional

1. O governo de frente ampla de Lula, desde a sua formação em janeiro de 2023, refletiu a incapacidade do PT e de seus aliados à esquerda em centralizar o poder do Estado e estabelecer uma diretriz econômica que resguardasse minimamente o velho nacional reformismo. Ao se apoiar em partidos de centro-direita – PSD, PP, MDB, União Brasil etc. –, renunciou ao embate que inevitavelmente teria com o capital financeiro, a oligarquia agrária e os setores das multinacionais. Nesses dois anos e meio de governo, poucos momentos foram de respiro. Passadas as negociatas em torno à reforma tributária, aprovada em dezembro de 2023, esgotou a tentativa de superar a polarização eleitoral, cuja vitória de Lula significou um revés à ultradireita chefiada por Bolsonaro e aliados de direita.

2. Lula tomou posse em uma situação política conflorada pela resistência de Bolsonaro, generais, lideranças partidárias e empresariais. Fracassou a tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023, mas permaneceu os germens da polarização. O Congresso Nacional, controlado pelos partidos de centro direita e ultradireita, se impôs diante do novo governo, tornando-o um refém. Os partidos que passaram a compor o governo de frente ampla, responsabilizando-se por vários ministérios, não precisaram se sujeitar à centralização. Utilizaram-se e utilizam-se dos ministérios para potenciar sua política opositora desde o interior do governo. E, no Congresso Nacional, ficaram com as mãos livres para golpear os decretos presidenciais e condicionar qualquer medida governamental.

3. Lula, para manter o fraudulento governo de frente ampla, se viu obrigado a garantir e ampliar o sistema de emendas parlamentares. A execução desse instrumento se tornou obrigatória em 2015, sob o governo de Dilma Rousseff, PT. O que indicou a fragilidade do governo petista. Em 2019, no governo Bolsonaro, se expandiu as emendas parlamentares, instituindo as emendas do relator. Montou-se o denominado “Orçamento Secreto”, de forma que os bilhões de reais pudessem ser manejados sem nenhum controle pelo Executivo. Embora condenado por uma



fração da própria burguesia, o máximo que se fez foi obter alguma “transparência”, regulamentada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). As emendas parlamentares deram maior poder ainda ao Congresso oligárquico, aumentando o seu valor na Lei Orçamentária Anual (LOA). O manejo de uma parte do orçamento pela camarilha partidária reduziu a capacidade dos ministérios, que já era pequena diante do Orçamento da União comprometido com o pagamento dos juros e amortizações da gigantesca

dívida pública.

4. A divisão interburguesa que emerge na forma de choque entre os três poderes do Estado – Executivo, Legislativo e Judiciário – se agrava quando se trata do Orçamento da União, que tem em seu centro a dívida bruta que se aproxima de 80% do PIB. Todas as frações e todos os governantes estão de acordo com a orientação de que se deve proteger os seus credores. Divergem tão somente quanto à obtenção de recursos. O Brasil ostenta uma carga tributária extremamente elevada em comparação aos países de economia atrasada e semicoloniais. Embora os capitalistas descarreguem os tributos sobre a maioria oprimida, reagem duramente quando o governo tenta aumentar a sua carga. O governo Lula se torna cada vez mais instável ao reconhecer o caráter regressivo dos impostos e admitir que a minoria burguesa que concentra em seu poder a maior parte da riqueza do país deveria contribuir para diminuir o desequilíbrio e estabilizar o curso da dívida pública. Os opositores mais reacionários dizem que isso significa colocar os pobres contra os ricos e alimentar a luta de classes. Na realidade, Lula faz o contrário, busca a conciliação de classes que resulta em proteção da minoria exploradora contra a maioria explorada.

5. O déficit orçamentário e a projeção da dívida pública têm recrudescido desde a recessão de 2016. As oscilações não impediram que a curva ascendente predominasse. O governo Bolsonaro, que se caracterizou por apregoar a disciplina fiscal, deixou um rombo no déficit primário. Lula herdou também a Lei de Responsabilidade Fiscal e a do Teto de Gastos. Ao iniciar seu governo, teve de fazer um acordo com o Congresso

Nacional que estabeleceu o Arcabouço Fiscal, que responde à Lei de Responsabilidade Fiscal herdada do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB. A economia que havia despencado no período da pandemia, 2020-2021, se reanimou e possibilitou a elevação da arrecadação tributária, tanto pelo governo federal, quanto pelos governos estaduais e municipais. O que deu uma folga ao governo Lula para sustentar em parte os programas sociais, como o Bolsa Família etc., e criar outros como o “Pé de Meia”, voltado a amenizar a evasão escolar. Foi obrigado, no entanto, a conter o aumento real do salário mínimo. E resistiu às pressões para que quebrasse o Benefício de Progressão Continuada, que auxilia as famílias completamente desprotegidas. O governo atendeu em parte a essas pressões, mas não passou de um pingão no oceano diante do parasitismo da dívida pública.

6. Em junho, eclodiu o conflito que havia sido adiado no início do governo. A contabilidade das contas públicas indicou que o Arcabouço Fiscal estava ameaçado de rompimento. A dívida pública voltou a crescer com a elevação da taxa Selic, que chegou a 15% anual, ou seja, ao nível mais alto desde 2006. De nada adiantou Lula nomear à presidência do Banco Central, Gabriel Galípolo, um economista de sua confiança. A inflação ascendente é atribuída ao excesso de consumo e ao crescimento dos gastos governamentais. Evidentemente, os responsáveis pela política monetária ocultam a combinação de fatores que produzem a elevação dos preços, a exemplo da magnitude das exportações de commodities e do parasitismo financeiro. Uma parcela dos capitalistas reclama que a Selic alta prejudica seus negócios, mas não toca na causa primária que é a pesada massa do endividamento público. A outra parcela reage acusando os gastos governamentais pelo aumento da carga de juros. E o governo Lula responde que o maior peso tributário recai sobre os pobres. A solução, portanto, estaria em aumentar os impostos dos mais ricos. A grita geral da burguesia, que ecoa no Congresso Nacional, é que a carga tributária consome 32,3% do PIB, a mais alta em duas décadas e meia. Logo a resolução do problema da dívida pública e do déficit está nos cortes orçamentários. Ocorre que os cortes exigidos atingem os programas sociais do governo e a massa do funcionalismo, que não faz parte da oligarquia que recebe salários estratosféricos e gastam altas somas com a máquina administrativa, como é o caso do próprio Congresso Nacional, do Judiciário e das Forças Armadas.

7. O enfrentamento mais recente entre o Executivo e o Legislativo ocorreu com a decisão da Câmara de Deputados e Senado de derrubar o decreto do Executivo que aumentava o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). A derrota de Lula foi esmagadora, 383 contra e 98 favoráveis ao governo. Venceram os banqueiros e especuladores. O IOF foi apresentado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, como a tábua de salvação provisória para o fechamento das contas governamentais. Segundo informações, desde 1992, é a primeira vez que os parlamentares derrubam um decreto presidencial. A confrontação, finalmente, foi parar no STF, que deve decidir pela legalidade ou ilegalidade da derrubada do decreto. Não se sabe ainda qual será a solução. Espera-se que o STF arbitre uma negociata. O fundamental está em que no final das

contas a sustentação do polvo da dívida pública continuará sendo imposta à classe operária e aos demais explorados.

8. A crise política se manifesta e se desenvolve no interior do Estado e das forças políticas burguesas. O proletariado e os demais oprimidos não têm interferido absolutamente em nada. Nem mesmo se esboçou uma resistência sindical e popular. As organizações dos assalariados e dos camponeses pobres se encontram atadas ao governo Lula, ao PT e aos seus aliados pequeno-burgueses de esquerda. As correntes que se reivindicam do socialismo e que poderiam servir de canal para a contestação e luta contra as medidas antinacionais e antipopulares votaram, ou no primeiro, ou no segundo turno, na candidatura de Lula, sob a justificativa de derrotar a ultradireita. Dessa forma, se responsabilizaram, em certa medida, pela formação do governo burguês de frente ampla. O máximo que podem fazer agora é criticar demagogicamente a política econômica que protege, em última instância, o capital financeiro, a oligarquia agroindustrial e as multinacionais. Nas eleições, ficou claro que Lula nada faria para revogar as contrarreformas de Temer e Bolsonaro, como as trabalhista e previdenciária. E não atacaria os parasitas da dívida pública. A confluência das forças de esquerda e pseudo esquerda nas eleições presidenciais para eleger Lula é expressão histórica da falência das várias correntes que se negaram a constituir o programa da revolução social.

9. No marco dos conflitos referentes aos impasses econômicos, destaca-se o processo no STF que julga a conspiração de Bolsonaro e aliados para impedir a posse de Lula e se manter no poder por meio de um golpe de Estado. O julgamento e prisão de mais de uma centena de manifestantes que invadiram a Praça dos Três Poderes aplainou a segunda etapa que alcança a cúpula dirigente. A prisão antecipada do general e candidato à vice-presidência na chapa de Bolsonaro, Braga Netto, indicou a possibilidade de outras personalidades e do próprio ex-presidente da República terem o mesmo destino. A ultradireita esboçou uma reação em busca de apoio popular. No entanto, não tem conseguido encurralar o STF. Esses episódios foram negativos para a ultradireita bolsonarista-oligárquica-evangélica, mas não demoveu as tendências ultradireitistas e direitoistas em retomar o poder do Estado em 2026. A imprensa propagandeia a queda da popularidade de Lula e incentiva a unidade da oposição. A questão do IOF ganhou projeção graças à movimentação unitária dessa fração burguesa dominante. Se se mantém aberta a disputa eleitoral antecipada, é de se esperar o agravamento ainda maior da crise política.

10. Os acontecimentos internacionais vêm impactando fortemente o conflito interburguês interno. A burguesia brasileira se forjou amplamente sob o domínio dos Estados Unidos. O descenso norte-americano e a ascensão da China, nas duas últimas décadas, provocaram um realinhamento econômico mundial, que ainda está em andamento. O Brasil, ao se tornar um grande exportador de commodities, verificou que sua alavancagem se deu devido às necessidades da China. Não se trata, evidentemente, de uma vantagem puramente brasileira. A China ampliou seu raio comercial a todos os continentes. Criou laços de interdependência, que até então eram determinados pelos Estados Unidos. Lula levou o Brasil a se integrar no BRICS, não porque é um governo que tem por lastro histórico o nacional-reformismo, mas fundamentalmente porque o crescimento da economia brasileira passou a depender da projeção chinesa.

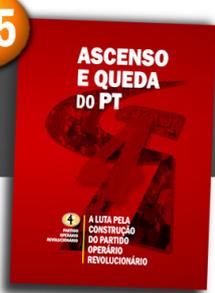
11. A eleição do republicano Trump ampliou e aprofundou as dissensões internacionais, movidas pela guerra comercial e pela corrida armamentista. A burguesia exige que Lula conduza o Brasil pela via da neutralidade. O que é impossível. De maneira que Lula necessita da aproximação com a China e da participação no BRICS, sem, contudo, se chocar com os Estados Unidos. Trata-se de uma posição débil nas condições em que poderosas forças

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



mundiais econômicas, políticas e militares estão em choque. Prova disso, são os protestos verbais de Lula contra o genocídio na Palestina, o ataque de Israel e Estados Unidos ao Irã e o apoio genérico ao aceno de um acordo de paz na Ucrânia feito por Trump. O Brasil navega em um mar revolto sem uma política que expresse a independência e a soberania nacionais.

12. A ausência de um partido revolucionário, amplamente organizado no interior da classe operária e capacitado a influenciar a classe média urbana e o campesinato empobrecidos, explica por que as massas não se manifestam contra as ações do grande capital, os imperativos da direita e ultradireita burguesas, bem como não enfrentam o governo burguês de Lula, pondo em pé uma oposição revolucionária. O descontentamento nas fábricas e nos demais locais de trabalho é visível. O que acaba por ser canalizado eleitoralmente pela própria ultradireita. A política de conciliação e traição às greves pelas direções sindicais é identificada pelos trabalhadores como de responsabilidade das direções que sustentam o governo burguês de Lula e que são incapazes de combater a via econômica da oposição direitista e ultradireitista. Recentemente, veio à tona o escândalo de corrupção do INSS, envolvendo importantes sindicatos vinculados ao PT e partidos aliados. O que aumenta a desconfiança dos trabalhadores em seus sindicatos, uma vez que com a despolitização não têm como separar a organização classista das direções aburguesadas.

13. A tendência da crise é de retorno à estagnação e o descenso da economia. A fase de diminuição da taxa de desemprego não tem vida longa. Tudo indica que a volta das demissões e o avanço da terceirização e da informalidade atingirão mais amplamente a classe operária e os demais assalariados. Sem que o governo intervenha contra o parasitismo da dívida pública, o grande capital acabará por impulsionar as contrarreformas de Temer e Bolsonaro. Os próximos passos são os da reforma administrativa, nova reforma da Previdência, desvinculação do salário mínimo dos benefícios sociais e cortes de direitos. O fundamento de que a crise econômica tem de necessariamente ser descarregada sobre a força de trabalho é uma lei de funcionamento do capitalismo. Se o governo Lula não conseguir aplicá-la na sua íntegra, terá de ceder lugar à oposição de direita e ultradireita.

14. O fato dos sindicatos e movimentos populares abandonarem e bloquearem a ação direta da classe operária e dos demais trabalhadores – e assim se negarem a levantar as reivindicações dos explorados – impossibilitou a unidade em torno de um programa próprio. Os reformistas e conciliadores incentivam a maioria oprimida a confiar e a aguardar as medidas “populares” do governo Lula. Aproveitam os ataques da direita e ultradireita para alimentar a ilusão em torno à democracia burguesa e às disputas eleitorais. Acobertam o caráter oligárquico do governo de frente ampla. É nesse terreno que a vanguarda com consciência de classe trava o combate pela organização independente da classe operária diante do Estado e dos governos burgueses. O trabalho voltado a que os trabalhadores se unifiquem sobre a base de um

programa próprio e contraposto às ações da burguesia e seus governos é a via para emancipar os sindicatos, varrer a burocracia traidora e elevar a consciência de classe no processo de luta. A bandeira de Oposição Revolucionária ao governo Lula distingue a política classista da política colaboracionista.

15. A massa de assalariados está diante das seguintes necessidades em escala nacional: a) defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas; b) derrubada das contrarreformas trabalhista, previdenciária e das leis que regulamentam a superexploração da força de trabalho, como a terceirização, contratos temporários e pejetização; c) enfrentamento à precarização dos serviços públicos, como saúde e educação; d) combate às condições de miserabilidade das favelas, solução aos milhares de sem-teto e moradores de rua; e) entrega das terras aos camponeses pobres e atendimento imediato das reivindicações dos povos indígenas. Esse programa de reivindicações básicas une a classe operária e a maioria oprimida contra a exploração capitalista, as medidas antinacionais e antipopulares dos governos e a pobreza, miséria e fome. Choca-se com a grande propriedade privada dos meios de produção e a ditadura de classe da burguesia exercida pelo Estado. Confronta-se com a dominação imperialista sobre o país. Coloca nas mãos da classe operária e dos demais trabalhadores todas as soluções progressivas de proteção à maioria oprimida.

16. As contrarreformas e medidas como IOF não resolvem e nem atenuam a crise econômica do capitalismo em decomposição. Ao contrário, acabam por agravá-la, uma vez que sacrificam a força de trabalho e empurram uma maior parcela da população à miséria. Servem à maior concentração de riqueza e propriedade, de forma que favorecem à escalada do parasitismo financeiro. Os explorados estão obrigados a combatê-las de conjunto, levantando e movimentando-se coletivamente em torno ao seu programa próprio. Emergem da situação econômica e da polarização entre as classes as bandeiras: redução da jornada sem redução dos salários (escala móvel das horas de trabalho), salário mínimo vital, ocupação das fábricas diante das demissões em massa, estatização das fábricas fechadas, controle operário da produção, não pagamento da dívida pública, contra as privatizações e total proteção aos miseráveis e famintos.

17. O programa elementar de reivindicações é o ponto de partida para a maioria oprimida confluir seus instintos de revolta com o programa da revolução social. Em sua essência, trata-se da derrubada do poder da burguesia, da expropriação do grande capital e da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. O desenvolvimento da luta de classes irá assinalar o caminho das estatizações, a começar pelo capital financeiro. É nessa marcha ascendente, partindo das reivindicações básicas, que a classe operária pode assumir a direção da maioria oprimida no sentido da constituição da aliança operária e camponesa e da estratégia de um governo operário e camponês. Essa linha é expressão das conquistas e das experiências programáticas do proletariado mundial.

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

36 anos **do Partido Operário Revolucionário** **1989** **2025**

36 anos do Partido Operário Revolucionário (POR)

O POR foi fundado no primeiro Congresso que se realizou entre os dias 1 e 2 de julho de 1989. Por oito anos, se identificou como Tendência pelo Partido Operário Revolucionário. A partir do V Congresso, de 12 e 13 de julho de 1997, deixou de ser uma Tendência para assumir o caráter definitivo de partido, denominando-se Partido Operário Revolucionário (POR).

O período preparatório, na realidade, já continha as características de partido, funcionando de acordo com a concepção leninista. Foram oito anos de comprovação de que não se tratava de uma aventura, mas da necessidade histórica de se organizar um partido cuja linhagem o definia como marxista-leninista-trotskista.

A experiência demonstrava que as vertentes que se reivindicavam do trotskismo – mandelismo, lambertismo e morenismo – não correspondiam ao marxismo-leninismo-trotskismo. Refletiam a desintegração da IV Internacional provocada pelo revisionismo pablista, que se impôs entre 1950 e 1960, de forma que resultou em constituição de correntes centristas.

O surgimento da Causa Operária em 1979 – mais tarde autodenominada Partido da Causa Operária – teve como antecedente a Organização Quarta Internacional (OQI), surgida em 1978 de uma dissidência com a Organização Socialista Internacionalista (OSI) lambertista. Nesse momento, expressou uma dissidência internacional liderada pelo Partido Operário Revolucionário da Bolívia, sob a direção de Guillermo Lora, contra o revisionismo encabeçado pelo dirigente Pierre Lambert. Fez parte desse processo o Partido Obrero (PO) da Argentina, dirigido por Jorge Altamira, que nesse momento coincidiu com as críticas programáticas do POR boliviano à Organização Comunista Internacionalista (OCI) de Lambert, bem como ao pablismo, mandelismo e morenismo. No Brasil, os lambertistas constituíram a OSI, cujo porta-voz é o jornal “O Trabalho”.

Os mandelistas, na época, se identificavam pelo jornal “Em Tempo”, iniciado em 1977, que serviu para unificar determinadas tendências e constituir a Organização Revolucionária Marxista-Democracia Socialista (ORM-DS), em 1979.

O atual PSTU, que segue a linha de Nahuel Moreno, teve como antecedente a Liga Operária, fundada em 1974, cujo jornal se denominava Independência Operária. Fruto de fusões de vários agrupamentos, se afirmou como Convergência Socialista (CS) em 1978, participando da fundação da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI), cuja antecessora foi a Tendência Bolchevique formada em 1977, sob a direção de Moreno. O PSTU, entre as demais variantes do centrismo, se destaca por ter conquistado posições em sindicatos operários. Foi responsável por uma cisão da Central Única dos Trabalhadores (CUT), constituindo a Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas), em 2010.

Essas quatro organizações se estruturaram no mesmo processo de nascimento e desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores

(PT), fundado em 1980. Como correntes internas, os mandelistas, lambertistas e morenistas se adaptaram à estratégia do reformismo de pôr em pé um partido subordinado à democracia burguesa e ao sindicalismo burocrático, de conciliação de classes. Essa conduta política e histórica se devia ao fato de não constituírem um programa que correspondesse à aplicação do Programa de Transição da IV Internacional nas condições particulares do Brasil.

Nenhuma delas se aproximou da tarefa básica que era a de estabelecer o caráter da revolução social. O que exigia definir com precisão as classes, seu desenvolvimento histórico e o lugar do proletariado como classe dirigente da maioria oprimida. Negaram-se a fundamentar a linha estratégica e a tática tendo por objetivo derrubar o poder da burguesia e implantar a ditadura do proletariado, como expressão da democracia fundada na luta dos explorados contra os exploradores nacionais e internacionais. Eis por que nunca reconheceram o lugar do campesinato brasileiro como fator imprescindível para a revolução social. Desconheceram, portanto, a necessidade objetiva da aliança operária e camponesa. Forjaram-se como correntes adversárias sob a mesma estratégia de alcançar um “governo dos trabalhadores”. O PT poderia cumprir esse objetivo.

Todas essas correntes se reivindicavam do socialismo em abstrato e deformavam o trotskismo na forma de centrismo. Se separavam de acordo com as correntes internacionais que emergiram da desintegração da IV Internacional. Os lambertistas e mandelistas seguiam às orientações emanadas do centro internacional que residia na França, OCI e SU. O morenismo, que se desprende do Secretariado Unificado (SU), passou a ter expressão centralizada desde a Argentina, com a fundação da Tendência Bolchevique.

Em maio de 1992, a direção do PT decidiu pela expulsão da Convergência Socialista, sob a alegação de que não cumpria a regulamentação de tendências que as proibiam de ter vínculo internacional, jornal e organização próprias. Nesse momento, o PT já havia demonstrado cabalmente seu envolvimento orgânico na política burguesa. A Convergência Socialista denunciou sua expulsão como sendo resultado da subordinação do PT ao eleitoralismo. Foi o ponto final na ilusão dos morenistas sobre a possibilidade de se constituir no Brasil um partido operário independente como uma variante intermediária ao partido revolucionário do proletariado. Ocorre que a Convergência Socialista, em nenhum momento, lutou contra a degeneração precoce do PT sob a estratégia e a concepção do partido leninista. Assentada no objetivo de se chegar a um “governo dos trabalhadores”, cuja generalidade inviabiliza a definição e a diferenciação das classes oprimidas, a Convergência Socialista e em seguida o PSTU mantiveram-se na cola do PT, votando sistematicamente nas candidaturas petistas, em Lula, Dilma e Haddad. Chegou a constituir uma frente de esquerda com o

PSOL em torno à candidatura de Heloisa Helena, de forma que se submeteu ao eleitoralismo no campo pequeno-burguês.

Os lambertistas do jornal O Trabalho e os mandelistas do ex-jornal Em Tempo apoiaram a expulsão das tendências que se opuseram à resolução ditatorial montada por José Dirceu. Apodreceram na política eleitoral e governamental do PT. O que favoreceu os morenistas a se apresentarem como antagonistas da política estatizante do PT, embora não pudessem se distinguir e atacar a estratégia do governo dos trabalhadores.

A trajetória de PCO é distinta das três correntes revisionistas. Ao se originar da crítica ao revisionismo da OCI lambertista, refletindo as posições do POR da Bolívia e, naquele momento, da Política Obrera da Argentina, esboçou o objetivo de constituir um programa, tendo por estratégia a luta revolucionária por um governo operário e camponês. O que implicava desenvolver o programa da revolução social no Brasil, aplicando o Programa de Transição. Esse passo que distinguia a Causa Operária foi abandonado assim que o Política Obrera rompeu com o POR da Bolívia, buscando a constituição de um partido operário eleitoral. O seu dirigente Jorge Altamira levou a direção da Causa Operária a substituir a estratégia do governo operário e camponês pela de governo dos trabalhadores.

Rui Costa Pimenta, que assumiu a direção de Causa Operária, abraçou a linha estabelecida pelo PO. Foi excluída do PT no mesmo processo de exclusão da Convergência Socialista. Uma vez fora do PT, abandonou o nome original Organização Quarta Internacional (OQI) e passou a se identificar como Partido da Causa Operária, objetivando a sua legalização. Nessa nova circunstância, se evidenciou o sentido de classe de ter substituído a estratégia do governo operário e camponês pela de governo dos trabalhadores. A sua dependência do PT e, em particular, ao lulismo, nunca foi rompida. Votou sistematicamente e se tornou um defensor, ainda que com críticas verbais, do governo Lula. O PCO acabou rompendo com o Partido Obrero, sem que ninguém soubesse os motivos. Não se identifica com a tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, permanecendo assim no mesmo terreno dos lambertistas, morenistas e mandelistas.

De passagem, é necessário mencionar que do lambertismo e do morenismo surgiram frações que resultaram na constituição de várias organizações. Parte delas passou a integrar o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Os mais importantes do tronco morenista são o Movimento da Esquerda Socialista (MES) e a Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST) que acabou se desvinculando do PSOL em junho de 2023, sob a alegação de que esse partido havia violado o programa incorporando-se ao governo do Lula. Em 2016, explodiu uma nova fração no PSTU, Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista (MAIS), que se abrigou no PSOL, constituindo a corrente interna Resistência. É sintomático que as duas primeiras rupturas, MES e CST, ocorreram quando ainda a corrente morenista se denominava Convergência Socialista. O lambertismo deu lugar ao agrupamento Esquerda Marxista, que decidiu pelo rompimento com o PT e ingresso no PSOL, recentemente saiu do PSOL e adotou o nome de Organização Comunista Internacionalista (OCI). Quanto aos mandelistas, formaram logo no início do PSOL a corrente Insurgência, resultante da fusão do Coletivo Luta Vermelha e CSOL, ambos vinculados ao Secretariado Unificado.

O estilhaçamento de correntes e agrupamentos que se reivindicam do trotskismo põe às claras a gravidade do revisionismo que tomou conta na direção da IV Internacional nas décadas de 1950 e 1960. O centrismo pequeno-burguês é pródigo em gerar fracionamentos. A crise de direção assinalada no Programa de Transição em 1938 se agrava com a vitória da burocracia estalinista na URSS contra a Oposição de Esquerda, organizada por Trotsky. A incapacidade da direção, que herdou a tarefa de impulsionar a IV Internacional como Partido Mundial da Revolução Socialista,

implantando suas seções no seio da classe operária, deu lugar a tendências centrífugas gestadas por agrupamentos que romperam com os marcos do Programa de Transição e, assim, com a tarefa de resolver a crise de direção.

Em certa medida, à margem desse processo internacional, o POR da Bolívia teve o mérito de constituir-se sobre a base da aplicação dos Primeiros Quatro Congressos da Internacional Comunista e do Programa de Transição. O fato de ter forjado o programa nas condições de acirrada luta de classes e se vinculado ao operariado mineiro acabou por se chocar invariavelmente com o fracionamento revisionista e centrista da IV Internacional.

A formação do POR no Brasil adveio e padeceu desse estilhaçamento que se manifestava pela ausência de um embrião partidário que tivesse a posse da compreensão da necessidade de elaborar o programa da revolução social. A tentativa de forjar uma seção da IV Internacional em meados de 1930, com a Liga Comunista, fracassou justamente pela incapacidade da direção que vinha da pequena burguesia intelectualizada de erguer o partido-programa no interior da classe operária e derrotar o estalinismo abrigado no Partido Comunista do Brasil. As deformações que permaneceram nesse percurso vieram à tona no momento particular da história do Brasil em que se encerrava um período de 21 anos de ditadura militar, o estalinismo havia perdido em grande medida sua importância e a experiência desastrosa da luta armada foquista deixava marcas profundas na tarefa de superar a crise de direção. A retomada do movimento sindical e a gestação de um movimento pela formação do PT condicionaram um período em que se colocou a via da edificação do partido reformista em contraposição ao do partido revolucionário. A reorganização de correntes que retomavam a experiência negativa do fracasso da Liga Comunista ocorria quando a IV Internacional não só havia sido dissolvida como as principais correntes de revisionismo se batiam entre si e se negavam a assimilar as experiências positivas e imprescindíveis do POR da Bolívia.

Inevitavelmente, o POR do Brasil se originou nessas condições adversas. De um lado, o reformismo petista, calcado nas novas direções burocráticas, canalizava a vanguarda operária e, de outro, as esquerdas centristas obstaculizavam a elaboração do programa da revolução social. O POR teve de erradicar suas raízes herdadas desse processo, passando por crises internas e por etapas de construção programática. A seleção de seus quadros se deu em função dos avanços da constituição do programa, da linha política e do aperfeiçoamento do internacionalismo marxista-leninista-

PROGRAMA DO POR



O Programa do POR foi aprovado no seu XII Congresso, realizado nos dias 11 e 12 de janeiro de 2014. Em 1993, o III Congresso estabeleceu as suas bases programáticas. (...) O Programa se alicerça na exposição e revelação de tais leis históricas que conformam o capitalismo mundial e suas refrações nacionais no Brasil e que levam à revolução proletária.

Adquira o programa e/ou outros materiais com um dos nossos militantes ou pelos meios de contato:

 pormassas.org  @massas.por  (11) 9 5446-2020

trotskista. É necessário frisar a importância dada à concepção leninista do partido e sua realização nas condições de assentamento dos fundamentos programáticos e da estratégia da ditadura do proletariado. O livro “Lênin estrategista da revolução proletária: Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique”, publicado em outubro de 2021, elevou enormemente a compreensão dos militantes poristas quanto à concepção e o processo histórico de formação do partido revolucionário do proletariado.

O empenho em conhecer as conquistas do POR da Bolívia e em realizar o trabalho de construção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) foi decisivo para enfrentar os obstáculos do atraso da militância pouco experiente e dos choques com as correntes centristas. O cuidado em cumprir a decisão de realizar regularmente os Congressos e Conferências permitiu a elaboração coletiva e a prática do método marxista da crítica e autocrítica. A vigilância com o centralismo democrático foi ao ponto extremo de resolver o recente fracasso levado a cabo por dois dirigentes que não admitiram a mudança de posição quanto ao reconhecimento de que a restauração capitalista e a liquidação da URSS haviam concluído como uma vitória da contrarrevolução interna estalinista e externa do imperialismo, de forma que romperam os marcos do centralismo democrático e decidiram pela saída do partido. Esse último acontecimento traumático foi um teste à democracia interna não só da seção brasileira, mas também do CERQUI.

A elaboração coletiva, a aplicação da linha externamente e os balanços da atuação partidária avançaram com a intervenção do POR junto à classe operária e às lutas gerais. O Jornal Massas vem sendo modificado de instrumento estritamente propagandístico para expressão da agitação perante a classe operária, a pequena burguesia oprimida e, em particular, a juventude. A orientação do Boletim Nossa Classe para organizar uma fração revolucionária no seio do proletariado tem possibilitado e exigido clareza e concretude nas bandeiras e nos métodos de luta. Ainda reconhecemos que temos um longo caminho para tornar o POR uma organização dirigente do proletariado e das demais classes oprimidas. Essa é uma questão que tem merecido constantes discussões congressuais e no dia a dia do trabalho partidário.

Nesses 36 anos, o POR conseguiu publicar 16 livros que contêm a linha programática do internacionalismo proletário e do desenvolvimento do programa da revolução social no Brasil. O primeiro livro foi editado com o título “20 anos construindo o programa”, julho de 2009. Centenas de folhetos serviram à propaganda revolucionária e à consolidação da elaboração coletiva. A Revista da Corrente Proletária da Educação vem materializando a concepção marxista e as respostas do POR diante da crise do capitalismo que leva à decomposição do seu sistema educacional. As frentes têm seus boletins de forma a reagirem prontamente às tendências de luta dos explorados e à necessidade de responder aos ataques da burguesia e seus governos. A decisão de realizar Conferências Regionais para fortalecer o desenvolvimento nacional do partido demonstra o seu acerto ao se avançar na construção de quadros que unem a teoria e a prática. Embora não tenha superado seu estágio embrionário, o POR é reconhecido por suas posições, pela seriedade de sua militância e por trabalhar incessantemente pela superação da crise de direção, questão essa que não tem como ser compreendida pelas correntes do campo centrista. Há uma preocupação aguçada em dar materialidade na luta de classes às formulações do CERQUI. Divulga disciplinadamente nos movimentos o Boletim Internacional, com seus manifestos, declarações e artigos.

O percurso de 36 anos mostrou ao POR que a luta pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista passou a condicionar a vida interna e externa partidária. O livro “Pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista. Reconstruir a IV Internacional”, publicado em julho de 2018, comprova a mais

profunda compreensão do POR sobre o significado da crise de direção, agravada com o estilhaçamento da IV Internacional e a vitória da contrarrevolução que liquidou a URSS. Recentemente, temos ocupado um lugar importante no movimento contra o genocídio na Faixa de Gaza e pelo fim da guerra na Ucrânia sob a política e a unidade do proletariado. Os livros “Guerra na Ucrânia: Posição e Resposta do Internacionalismo Proletário” editado em novembro de 2022, “Palestina: Guerra na Faixa de Gaza e Genocídio do Povo Palestino, Posição e Resposta do Internacionalismo Proletário”, de janeiro de 2024, e “Internacionalismo Proletário: Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza potencializam a crise mundial, Resoluções, Manifestos e Declarações”, de maio de 2024, de conjunto, expõem a análise do POR e do CERQUI sobre a crise mundial e a emergência do programa da revolução social.

Observação: daremos continuidade à exposição dos 36 anos do POR no próximo Jornal Massas.

Abaixo publicamos o documento “O que é o POR”, que sintetiza as premissas programáticas e a linha política.

O que é o POR?

1. A CONSTRUÇÃO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO NO BRASIL

A crise histórica de direção do proletariado se constitui no problema mais agudo. Trata-se de um fenômeno não particular do Brasil, mas mundial. A marcha da restauração capitalista na ex-União Soviética, a derrocada do Leste Europeu, o isolamento de Cuba e a traição sandinista na Nicarágua expõem o significado da destruição pelo estalinismo do Partido Bolchevique na Rússia e da III Internacional Comunista.

O retrocesso das conquistas mundiais do proletariado resulta em duro golpe à necessidade da revolução socialista mundial. A evolução final do estalinismo para as posições pró-imperialistas e restauracionistas, concebidas pela perestroika-glasnost, comprovou definitivamente seu papel contrarrevolucionário, responsável por abrir uma das maiores crises de direção mundial do proletariado.

Hoje, o avanço da recolonização do imperialismo por toda parte não é a demonstração de vitalidade do sistema econômico capitalista, mas ao contrário, a manifestação de sua desagregação. A prova disso está na estagnação crescente da última década e a recessão presente da economia mundial. A contradição básica entre as forças produtivas prontas para se desenvolverem em grande escala e as relações capitalistas de produção (propriedade privada) sob o domínio de alguns países e de um punhado de multinacionais expressa o esgotamento do regime vigente.

É nesse quadro que se insere o Brasil, despedaçado pela profunda crise econômica e social. A construção do Partido Operário Revolucionário internacionalista se coloca como tarefa de primeira grandeza em nossas fronteiras.

2. CONSTRUIR O POR É CONSTRUIR O PROGRAMA

Partimos da caracterização de que as condições econômicas de esgotamento e putrefação do regime capitalista, necessárias para a transformação socialista, estão amadurecidas. A burguesia vem destruindo maciçamente forças produtivas e já não consegue manter minimamente uma ampla camada das massas trabalhadoras. Materialmente estão dadas as premissas da revolução proletária.

Para que esta amadureça e se coloque para a maioria nacional oprimida é imprescindível que construamos o programa anti-imperialista e anticapitalista. O fracasso do PT em se tornar um partido da revolução se deve à adoção de um programa social-democrata, contraposto à elevação do proletariado como força social capaz de se insurgir, tomar o Estado e destruir o poder da burguesia. E o fracasso das correntes de esquerda petistas reside no fato de não terem sido capazes de construir, em todo o processo de formação do PT, o programa da revolução e ditadura proletárias. Limitaram-se a desenvolver divergências táticas circunstanciais. A maior prova disso se deu no 1º Congresso do PT, quando este aprovou a moção contrarrevolucionária de combate à estratégia da ditadura proletária e seu conteúdo que é o da revolução violenta.

O POR nasceu nos marcos dessa experiência, combatendo a estratégia do reformismo petista e a impotência das correntes de esquerda centristas. Aproveitou-se dela para compreender a tarefa central da construção do partido marxista-leninista-trotskista e empreendê-la através da construção do programa, que, distintamente do rol de reivindicações conjunturais, materializa as leis históricas e sociais da revolução proletária, cuja essência transformadora está em dotar o proletariado de capacidade para tomar o poder.

O exitismo eleitoralista, obscurecido com o palavreado esquerdista, em muitos casos com o revisionismo do trotskismo, está em contradição com a necessidade de estruturação do partido-programa. A ideia que acaba de ser lançada de formação de um novo partido através de uma frente das esquerdas petistas, tendo por base um programa mínimo consensual, é o desfecho natural da política democratizante, avessa à concepção leninista do partido, que para ser construído como estado-maior dos explorados depende de se constituir em torno à estratégia da ditadura proletária.

O POR se distingue por ter elaborado uma crítica programática à estratégia do reformismo petista e a inconsequência do centrismo democratizante das esquerdas. Com esta arma, lutou em defesa da constituição de uma fração no interior do PT por um partido marxista. É com esse capital que rompeu com o PT no momento mais preciso de sua integração ao Estado burguês e de ofensiva da direita petista para estrangular as correntes opositoras. Podemos assinalar que qualquer novo intento de se construir um partido, sem que se parta dessa experiência e das formulações em defesa da estratégia revolucionária (governo operário camponês e ditadura proletária), não poderá dar lugar a um programa da revolução socialista.

3. O CARÁTER DA REVOLUÇÃO NO BRASIL

Nas resoluções político-programáticas, do I e II Congressos, o POR caracteriza o Brasil como um país capitalista semicolonial e de economia atrasada. Desde a sua origem histórica como colônia, esteve submetido às metrópoles, que o saquearam e condicionaram seu atraso. Dessa forma, seu desenvolvimento econômico ocorreu sob o controle externo e sob a forma da opressão colonial e imperialista. As massas sempre estiveram esmagadas pela brutal exploração do trabalho. A burguesia nacional e o Estado que se formaram jamais jogaram um papel de independência frente aos opressores imperialistas. Por mais que se tenha despontado no passado tendências nacionalistas, o setor estatizante da burguesia não pôde desenvolver as forças produtivas nacionais em contraposição ao saque e ao manejo das metrópoles. A preservação das oligarquias regionais e da sua influência no poder do Estado reflete o atraso econômico e a caducidade histórica da burguesia nacional.

O capitalismo imposto de fora não pôde solucionar os grandes problemas nacionais, para alcançar os patamares econômicos dos países colonizadores. A estrutura latifundiária de origem colonial,

por mais adaptação que tenha sofrido, se manteve como fator de atraso e trava das forças produtivas. Implantou-se em nosso extenso país aglomerados de alta industrialização, onde as relações pré-capitalistas agrárias continuam vigentes, como é o caso do Nordeste e Norte. O atraso pré-capitalista e o avançado capitalismo formam uma unidade contraditória desigual e combinada, à qual faz parte a imensa maioria empobrecida e faminta.

O POR considera que a solução do atraso econômico e a erradicação da miséria, bem como de toda forma de opressão social, não é possível no interior do capitalismo. A burguesia industrial e oligárquica não pôde se emancipar da burguesia imperialista, pôr fim ao saque internacional, e, por esta razão histórica, se tornou caduca, não podendo ser a classe que encarne o amplo desenvolvimento das forças produtivas. Ao contrário, está obrigada a seguir as decisões reacionárias do imperialismo.

A condição para libertar a economia das travas do capital financeiro e dos monopólios internacionais se concentra na independência nacional, na transformação da estrutura agrária arcaica (destruição dos latifúndios) e na erradicação da miséria da maioria. Tais tarefas próprias do país semicolonial serão cumpridas por meio da revolução. Cabe ao proletariado, unido à maioria nacional oprimida realizá-la. Eis por que não poderá se limitar ao conteúdo democrático, tendo de necessariamente combiná-lo com medidas socialistas de expropriação do grande capital.

4. O FRACASSO DO NACIONALISMO E ESTALINISMO NO BRASIL

As tendências nacionalistas, se é verdade que puderam utilizar determinadas situações para preservar alguns interesses nacionais burgueses, não puderam resolver o atraso e livrar o país da opressão imperialista. Por essa razão, acabaram por ceder às metrópoles. Hoje, se mostram pró-imperialistas. A política de desestatização e completa abertura do mercado ao capital externo comandada por Collor é uma decorrência do fracasso do nacionalismo burguês.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), que propôs ser o partido do proletariado, devido a sua estalinização, acabou como apêndice do nacionalismo. A sua tese programática, logo na origem, se resumia na ideia de que haveria uma revolução democrático-burguesa, que colocaria fim à oligarquia latifundiária, emanciparia o Brasil do imperialismo e desenvolveria um capitalismo nacional. Caberia, portanto, ao proletariado apoiar a burguesia nacional

AS ESQUERDAS DO BRASIL



"Este livro, o quarto da sequência, reúne textos que datam desde 1988. Distinguem-se pela particularidade de travar a luta em defesa do programa, dos fundamentos marxistas, da política de independência de classe do proletariado e da concepção leninista do partido. Foram redigidos em situações concretas em que as correntes de esquerda se viram obrigadas a expor aspectos de sua fisionomia partidária."

Adquira o programa e/ou outros materiais com um dos nossos militantes ou pelos meios de contato:

 pormassas.org  @massas.por  (11) 9 5446-2020

progressista. Uma vez cumprida a revolução burguesa, o proletariado se formaria como classe independente capaz de fazer a revolução socialista. Toda a história do estalinismo (PCB) está marcada pelo apoio à burguesia. Não pode haver dúvida de que o PCB se degenerou sob a estratégia do governo burguês de união nacional.

O PT reformista, em seu nascimento, assumiu a indefinida estratégia de “governo dos trabalhadores”, influenciado por correntes de esquerda não-estalinistas. Mas logo a substituiu pela fórmula de “governo democrático e popular”, que corresponde à velha estratégia estalinista de unidade nacional. A tática compatível é da aliança com os partidos da oposição burguesa, impropriamente considerados progressistas. Enquanto que suas teses programáticas apregoam um desenvolvimento econômico independente, prematuramente o reformismo se mostra pró-imperialista, sendo incapaz de reagir diante da ofensiva de recolonização do imperialismo pela via da desestatização. Não por outro motivo que no 1º Congresso condenou a via da revolução proletária.

O POR identificou nas teses do PT a ressurreição da falida estratégia democrático-burguesa de desenvolvimento do capital nacional independente. Desde o nosso 1º Congresso (1989), partindo das leis do desenvolvimento capitalista mundial e das experiências da luta de classes, elaborou a tese de que no Brasil somente cabe a revolução social. Terá o conteúdo nacional porque resolverá tarefas pendentes do capitalismo atrasado e social porque expropriará o poder econômico dos capitalistas. Somente um partido que transforme a classe operária em dirigente da maioria explorada e que tenha por conteúdo o internacionalismo proletário poderá executar tal objetivo. A derrubada da burguesia do poder do Estado e o conseqüente rompimento com a opressão imperialista pela maioria nacional oprimida, sob a direção do proletariado, é a condição para realizar as tarefas pendentes do capitalismo atrasado e a transformação socialista do país. O conteúdo econômico e social dessa tarefa é dado pelo caráter da revolução proletária, pela destruição do Estado capitalista e edificação do Estado operário.

5. O GOVERNO OPERÁRIO E CAMPONÊS

O objetivo programático do partido revolucionário é o de levar a maioria oprimida a conquistar o poder do Estado e instalar o governo operário e camponês. Tal governo expressa uma aliança de classe, a dos operários e camponeses.

A unidade operária e camponesa se coloca devido ao caráter nacional e social da revolução. A derrocada da oligarquia latifundiária entrelaçada com o capital financeiro depende do campesinato, empobrecido e sem-terra, lutar ao lado do proletariado para tomar o poder. Não poderá haver a expropriação do grande capital industrial, comercial e financeiro sem que a revolução exproprie os latifúndios.

A luta de classes no campo, que se desenvolve entre latifundiários e sem-terra, bem como dos latifundiários com posseiros e pequenos produtores, tem sua extensão na luta do proletariado e da classe média urbana proletarizada contra o grande capital.

As transformações que o país requer estão na razão direta da construção de um governo operário e camponês. Uma vez de posse do Estado, do armamento popular e da destruição do poder repressivo da burguesia, o proletariado, apoiado na imensa massa de trabalhadores agrícolas, poderá colocar um governo a serviço da expropriação da grande propriedade burguesa, do acesso aos camponeses pobres à terra, do planejamento econômico centralizado, da superação da miséria e emancipação do imperialismo.

A defesa do governo operário e camponês é uma necessidade imposta pela constituição das classes no país semicolonial, marcado pelo latifúndio e pela luta camponesa pela terra. As tarefas históricas burguesas de emancipação nacional e reforma agrária não serão resolvidas sem que o proletariado tome o poder, transforme a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social e inicie o processo de transformação socialista da base produtiva.

6. ESTRATÉGIA HISTÓRICA DA DITADURA DO PROLETARIADO



O governo operário e camponês é a forma governamental da ditadura do proletariado, ou seja, do governo da maioria explorada contra a minoria exploradora. As chamadas esquerdas fogem da definição precisa do caráter revolucionário do governo, das tarefas colocadas e da tática da luta insurrecional. Em seu lugar, levantam as mais diferentes variantes de governo democratizante, isto é, compatível com a democracia burguesa e, portanto, com o capitalismo.

A ala direitista do PT se define pelo governo democrático e popular. A sua ala esquerdista pelo “governo dos trabalhadores”. Ambos os casos se identificam por serem governos adaptados ao eleitoralismo. Os defensores do “governo dos trabalhadores” dão a entender que se trata de uma bandeira apropriada para uma situação não-revolucionária e que corresponde à possibilidade de um governo eleito, que cumpriria um papel progressivo. Dessa forma, atribuem a ele um papel de transição para um outro tipo de governo, que aliás não dizem qual é.

Ao condicionarem a estratégia do poder a uma situação não revolucionária ou pré-revolucionária, de forma a enquadrar a ação das massas à eleição de um “governo dos trabalhadores”, deixam de trabalhar pela estruturação de uma fração do proletariado em torno à tarefa da revolução proletária e dissolvem a luta de classes no eleitoralismo. Ao anular a capacidade da ação direta, bloqueia-se a tendência dos trabalhadores de criarem seus organismos de poder. Com o argumento de que não está colocada a tomada do poder, falseiam o problema da revolução, que é justamente o de desenvolver a independência de classe do proletariado em torno da estratégia da destruição do Estado capitalista. Se a vanguarda se submeter à diretriz democratizante, o proletariado jamais poderá sair da condição de classe oprimida para classe revolucionária. A revolução social destruirá a ditadura de classe da burguesia, que exerce o poder da minoria capitalista contra a maioria trabalhadora. Constituirá transitoriamente a ditadura proletária, que é a da maioria sobre a minoria, por meio dela a classe operária exercerá o poder da maioria explorada para expropriar o poder econômico e desenvolver novas relações de produção.

7. O MÉTODO DA AÇÃO DIRETA

O proletariado se constituirá como classe capaz de pôr fim ao sistema de exploração do trabalho, desenvolvendo o método da ação direta, da luta de massa. O objetivo do partido revolucionário é o de unificar as forças do proletariado e da maioria nacional oprimida, transformando as lutas parciais instintivas em luta política contra o Estado capitalista.

O trabalho constante de unificação dos trabalhadores contra a burguesia corresponde à estratégia da revolução proletária. A tendência dos assalariados é a de se elevarem a partir das lutas mais elementares (salário e emprego) para a luta socialista. O partido revolucionário atua sempre no sentido de estabelecer a ligação entre as reivindicações vitais e as de caráter nacional e socialista. As mais diversas formas que assume a ação direta (greve, piquete, ocupação, resistência armada etc.) são trabalhadas em cada situação do desenvolvimento da luta de classes.

O POR não nega a possibilidade de utilização de métodos não próprios do proletariado, como é o caso da luta eleitoral e parlamentar. Entretanto, seguindo a tradição marxista-leninista, os aplica subordinados à ação direta. Não passam de instrumentos auxiliares e secundários para travar o combate no próprio terreno da burguesia por meio da luta de classes. Em todas as circunstâncias, a luta eleitoral e parlamentar objetiva desmascarar a democracia burguesa e revelar para as massas os limites desses meios auxiliares. Coloca-se para o partido o dever de explicar que a democracia formal burguesa é uma das formas do exercício da ditadura da burguesia.

Ao contrário dos reformistas e da esquerda centrista democratizante, o partido revolucionário não ilude os trabalhadores com a possibilidade de chegar ao poder do Estado por meio das eleições. Não engana com a possibilidade de resolver qualquer reivindicação nas quatro paredes do parlamento burguês.

Em certas condições, é necessário que a intervenção no processo eleitoral tenha por finalidade chamar as massas a se manifestarem com o voto nulo ou com o boicote. O ilusionismo e o exitismo eleitoral se constituem na negação da tarefa de organização independente do proletariado frente à política burguesa.

O partido marxista combate as ilusões democráticas criadas pela burguesia, que embrutecem a consciência dos oprimidos. Contrariamente, a luta coletiva e frontal contra os exploradores permite a evolução da consciência e a organização revolucionária de massa.

8. DEMOCRACIA OPERÁRIA

Por intermédio da ação direta e da organização independente, as massas desenvolvem a democracia proletária. A sua essência consiste na soberania das decisões coletivas e revogabilidade do mandato das direções.

O partido operário prima por fortalecer as assembleias, as comissões de fábrica, os comitês de greve, os sindicatos, a central sindical e toda forma de organização massiva. Através deles, os assalariados exercem o poder de decisão da maioria e potencializam a luta de classes.

O motor da história são as massas exploradas. Cabe ao partido auxiliá-las na tarefa de sua organização e implantação de sua democracia direta, distinta da democracia formal burguesa, instrumento dos exploradores.

A prática da ação direta e a construção dos organismos coletivos possibilitam aos trabalhadores exercerem a força social, enraizada nas relações de produção, contra a burguesia. A democracia operária assegura o controle das massas sobre seus próprios organismos e sobre suas direções. A burocracia sindical e os reformistas são avessos ao poder coletivo, portanto, adversários da democracia proletária.

9. O POR – PARTIDO MARXISTA-LENINISTA-TROTSKISTA

Corresponde à estratégia da revolução e ditadura proletárias a natureza leninista do partido. O POR trabalha por se transformar em um partido de quadros que dominem a ciência marxista. Isto é, que elabore no interior da luta o programa de destruição da sociedade de classe.

A sua estrutura se baseia na organização celular e nos fundamentos do centralismo democrático. As células são organismos construídos no seio das massas. A formação de redes celulares fabris e por locais de trabalho ocuparão um lugar de destaque, uma vez que se trata do partido proletário.

É nas células que começa a elaboração coletiva do partido. Toda militância elabora as ideias e as pratica. A unidade entre a teoria revolucionária e a prática é realizada pela intervenção das células na luta de classes.

Faz parte da organização celular, o regime de funcionamento do centralismo democrático. Há total liberdade de divergência e discussão no interior dos organismos do partido. A solução das discrepâncias se dá pelo voto. Uma vez decidida a linha majoritária, todo o partido a pratica e assegura a unidade de ação. Através da crítica e autocrítica, o partido corrige seus erros e aperfeiçoa os seus acertos.

A direção é eleita no Congresso. Assegura-se a participação da minoria divergente o direito de tendência ou de fração de se fazer representada na direção.

É com esta forma organizativa que o partido marxista pode se transformar na direção das massas exploradas, constituindo-se no estado-maior da revolução proletária. O partido reformista e eleitoreiro, ao contrário, não necessita das células como organismos em que se forjam a teoria revolucionária e as direções práticas, voltadas a acabar com o regime de exploração do trabalho.

A estrutura do partido revolucionário corresponde ao programa. Não se pode constituir uma organização revolucionária que não seja de militantes que dedicam a vida a elaborar as posições do proletariado, a atuar na luta de classes e a organizar o combate.

A burguesia só atura os partidos da democracia burguesa. O partido que trabalha no seio das massas para que estas transformem sua ação instintiva em programa conspira contra o poder da burguesia, por isso é reprimido. Para se defender e se implantar no proletariado, a militância deve combinar o trabalho legal e ilegal. Todo militante deve ingressar numa célula, dominar o programa e garantir o autofinanciamento do partido.

10. O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO



O POR se baseia no postulado marxista-leninista-trotskyista da revolução socialista mundial. O capitalismo só poderá dar lugar ao modo de produção superior comunista se for destruído internacionalmente. A tese estalinista de “socialismo em um só país” demonstrou ser contrarrevolucionária, favorecendo à restauração capitalista nas economias já estatizadas.



O marxismo concebe que a revolução começa nas fronteiras nacionais de um determinado país e se projeta em nível internacional. Por isso, afirma que a revolução, por sua forma, é nacional; por seu conteúdo, é internacional.

A sobrevivência do poder operário depende do desenvolvimento da revolução em outros países, de forma que se golpeie o poder da burguesia imperialista de sufocar econômica, política e militarmente a conquista.

Essa conclusão, com a sua demonstração histórica na Rússia, no Leste Europeu e na China, expõe a necessidade de construção dos partidos revolucionários em toda a parte e edificação de uma Internacional. O estalinismo destruiu a III Internacional, logo depois da social-democracia ter destruído a II Internacional. Em ambos os casos, houve capitulação perante a burguesia imperialista. O imperialismo faz a campanha de que com a derrota da União Soviética triunfou a democracia do mundo capitalista contra a ditadura comunista.

O imperialismo, na ausência do partido revolucionário e em presença da bancarrota do estalinismo, aproveita para confundir a falência da ditadura estalinista com o comunismo, ainda não alcançado. O comunismo é o modo de produção coletivo e só pode ser mundial, como mundial é o modo de produção capitalista. O internacionalismo proletário tem como base material a necessidade de destruição geral do sistema econômico capitalista, para se alcançar definitivamente a sociedade sem classes. Os reformistas e centristas democratizantes capitulam perante a ideologia imperialista ao se contraporem à estratégia da revolução proletária e ao se adaptarem à democracia burguesa.

A Internacional que será reconstruída, mais cedo ou mais tarde, reatará o elo histórico da revolução mundial, rompido pelo processo de restauração capitalista. A Internacional tem suas bases programáticas asseguradas pelo Programa de Transição, deixado por Leon Trotsky.

O fato de Trotsky ter combatido a fundo o estalinismo contrarrevolucionário e lutado pela construção da IV Internacional – comprovadamente necessária para se evitar a derrocada da Revolução Russa – deixou como legado para o movimento internacional a continuidade do marxismo-leninismo.

O POR tem o Programa de Transição como base para a construção do partido operário revolucionário no Brasil. O programa da IV Internacional sintetiza os documentos dos Quatro Primeiros Congressos da III Internacional.

11. CONSTRUIR O COMITÊ DE ENLACE NA PERSPECTIVA DA IV INTERNACIONAL

O POR se identificou, logo na sua origem, com os fundamentos programáticos e a longa experiência do Partido Operário Revolucionário da Bolívia, um partido que soube atravessar o período mais adverso para o trotskismo. O POR se constitui

numa reserva programática fundamental para a reconstrução da IV Internacional, diferentemente das mais diversas variantes do revisionismo do trotskismo.

Juntamente com o POR da Bolívia, com o POR da Argentina e o Comitê Construtor do Partido Operário Revolucionário do Chile, constituímos o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), cujo objetivo é fortalecer o avanço da revolução na Bolívia e acelerar o processo de construção dos partidos revolucionários no Brasil, Argentina e Chile, como ponto de apoio para se desenvolver a revolução internacional.

Em sua resolução de fundação, o Comitê de Enlace expõe o objetivo da estratégia da revolução e ditadura proletárias. Coloca que o capitalismo se esgotou e está maduro para a sua transformação em socialista. Porém, o fundamental está na crise histórica de direção. A tarefa central é a de constituição do partido-programa. Em seus documentos, rejeita a caricatura revisionista da chamada Internacional dos Trabalhadores, resultante dos grupos mais diversos, que nada têm a ver com o Programa de Transição.

O Comitê de Enlace tem se constituído, embora embrionário, numa trincheira programática de defesa das bases da Revolução Russa, da revolução política que reconduza o proletariado ao poder do Estado e contra a restauração capitalista da Perestroika.

Nesse mesmo sentido, tem se posicionado frente aos grandes acontecimentos da luta de classes internacional, como a guerra no Golfo Pérsico e a ofensiva recolonizadora do imperialismo em todo o mundo.

O POR considera que o fortalecimento do Comitê de Enlace é o caminho para avançar o internacionalismo proletário. O que quer dizer potencializar o POR boliviano como dirigente da revolução em seu país e impulsionar a nossa construção. O cumprimento desta tarefa permitirá que se forme em outros países a vanguarda internacionalista e se criem as condições da reconstrução da IV Internacional.

12. MILITE NO POR

Essas posições que acabamos de apresentar são conquistas programáticas básicas para a construção do Partido Operário Revolucionário no Brasil. Na verdade, é apenas a base inicial para intervir na luta de classes, formar nossos quadros e avançar na elaboração do programa proletário.

A condição para ingressar no POR é a de concordar com as bases programáticas já conquistadas, se organizar numa célula e intervir numa frente de trabalho, objetivando desenvolver a luta dos trabalhadores e construir o partido revolucionário.





NOSSA CLASSE

*Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XXI - Julho/2025

(11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com

pormassas.org | @massas.por



■ Braskem - Aprender com a greve

Na assembleia de 25 de junho, a greve havia tomado outro rumo. Havia cerca de 800 operários. A maioria estava uniformizada, havia tomado o café e saído para acompanhar a assembleia. Dias antes, a burocracia do sindicato lançou mão do discurso de que não iria impedir ninguém de entrar para trabalhar, que era preciso pensar bem diante dos feriados, que respeitaria o direito democrático de ir e vir e que cabia a cada um o bom senso. Reforçou que ainda ocorreria uma mesa de conciliação no TRT, após os feriados. Portanto, uma parcela de operários tomou como certo que não havia como modificar essa conduta e resolveu individualmente romper com a decisão da assembleia de continuar a greve. Assim, a assembleia de 25 de junho foi para referendar o acordo assinado pelos burocratas na mesa de conciliação.

Eis o acordo: reajuste de 6,5% nos salários, correção de 7,32% nos benefícios, 15,38% na PLR, estabilidade de 90 dias e compensação dos dias parados em um dia por mês.

A greve dos terceirizados da Braskem durou 8 dias. A direção do sindicato, como todo burocrata, conduziu o movimento para que a greve fosse passiva. Nada de piquetes e de movimento nas ruas. Terminada as assembleias, pedia para que os operários voltassem para a casa e aguardassem a próxima assembleia. Nas assembleias, somente a direção dava opinião. As posições dos trabalhadores grevistas não tinham expressão. Por outro lado, para comparecer como democrática, permitiu que um militante do Boletim Nossa Classe fizesse uso da palavra. Habilmente, não procurava contestar as propostas de constituição de um comando de greve, realização de piquete de greve e de bloqueio da avenida apresentadas pelo Nossa Classe. Mas dava as costas, e conduzia a greve na passividade.

Os militantes do Boletim Nossa Classe puderam distribuir o Boletim e conversar com os operários sobre como romper a passividade, que levaria certamente ao fim do movimento com a decisão do TRT. A fala no carro de som despertou interesse dos operários, que passaram a conversar sobre a importância de manter a unidade por meio dos piquetes e de fazer atos na avenida, para chamar a atenção do que estava ocorrendo na Braskem. Diante dessa disposição manifestada por uma parcela de trabalhadores de realizar ações para fortalecer a greve, a direção “espertamente” mostrava que a greve não podia fazer ações “violentas”, que não precisavam usar a “violência para vencer”. Como se vê, permitia que o porta-voz do Nossa Classe falasse na assembleia, mas, sem usar a truculência, desfazia as propostas com o argumento de que não poderia usar a “violência”.

O que chamou a atenção foi a conduta da burocracia de iniciar a assembleia rezando “o pai nosso”. Isso não era à toa. A reza era o santo remédio para tornar os operários passivos durante a assembleia. Era uma forma de quebrar a revolta dos trabalhadores diante da recusa do patronato em atender as míseras reivindicações de reajuste salarial. Com a reza, com as propostas de não realizar ações “violentas”, com a permissão de que cada um aceitasse ou não a decisão de continuidade da greve e com a aceitação da arbitragem da Justiça do Trabalho, a disposição de luta dos grevistas por si só dificilmente conseguiria romper essa camisa de força. Para romper dependeria de uma direção independente e de luta, que fizesse frente à direção burocrática do sindicato.

A intervenção do Boletim Nossa Classe vem se dando há algum tempo de forma sistemática na Braskem. No entanto, ainda

não conseguiu constituir um grupo de operários classistas. Principalmente, nesse setor de terceirizados, onde a rotatividade é grande. O fundamental estava em que as ideias do Nossa Classe não foram rejeitadas pelos operários durante as assembleias. Mas era preciso que houvesse um grupo estruturado para se opor às propostas da burocracia, que levaram ao desmonte da greve. Está aí por que é preciso insistir nessa tarefa de elevar a consciência dos operários da importância da comissão de fábrica, independente do patrão e da burocracia que controla o sindicato.

O que se passou nas assembleias

Na assembleia do dia 17 de junho, os operários chegaram até o portão de entrada e seguiram direto para a assembleia. A burocracia realizou uma assembleia rápida, criticou os operários que entraram para trabalhar e insistiu que cada um convocasse seus colegas para a greve, para que a assembleia do dia seguinte fosse maior.

No dia 18, a assembleia contou com o presidente da Federação, que discursou mostrando que representava mais de um milhão de trabalhadores com data-base em maio. Disse que estava com quatro polos da Petrobrás em greve dentro desta campanha salarial. Defendeu a conciliação como a melhor forma, pois a “a conciliação acontece com apenas um juiz e os advogados, acompanhados do sindicato”. Mostrou o temor de que a greve poderia ser julgada ilegal e que a ilegalidade provoca a demissão por justa causa. Deu o exemplo de uma greve em Cubatão na campanha salarial no ano de 2024, que foi julgada ilegal. Como se vê, um discurso contra a continuidade da greve e preparado para que os operários aceitassem os 6,5% e os 7,32% nos benefícios. De forma melindrosa, o burocrata veio para defender a proposta do TRT. Mas os operários votaram pela rejeição da proposta e continuidade da greve. Fez um recuo tático, mas indicou à direção do sindicato o caminho para pôr fim ao movimento.

Na assembleia do dia 23, após os feriados e do desmonte da greve por parte das direções, o número de operários foi menor. Antes de iniciar a assembleia, a burocracia conversou com um grupo de trabalhadores sobre o fim da greve. Com um número reduzido, a direção do sindicato propôs a suspensão da greve para aguardar uma nova rodada de conciliação no TRT.

Conclusão

A militância do Boletim Nossa Classe/POR acompanhou a greve pelos 8 dias seguidos. Pôde se expressar no carro de som, divulgando as propostas para o fortalecimento da greve. Foi porta-voz de operários que diziam “apresentem isso para nós”, quando se tratava de conter os fura-greves. Durante a greve, o Boletim Nossa Classe foi distribuído e aceito pelos operários.

Nesse momento, o Boletim Nossa Classe faz esse balanço do movimento grevista e chama a vanguarda a discutir essa experiência, que apesar da disposição de luta dos operários, que votaram seguidamente pela continuidade da greve, não pôde ainda romper com a política do aparato burocrático do sindicato e da federação.

São Paulo - Guarulhos

Não aceitar o fechamento de mais uma fábrica

Defender os empregos com os métodos da classe operária

A Michelin anunciou no final do mês de junho o fechamento de sua fábrica em Guarulhos. Essa medida resultará em demissões de 350 trabalhadores.

Nestes últimos anos pós pandemia, a crise capitalista se aprofundou, a guerra comercial dos Estados Unidos com a China vem se agudizando e as confrontações militares na Ucrânia e na Faixa de Gaza têm causado milhares de mortes e genocídio do povo palestino. Os conflitos ao redor do mundo são reflexos das disputas econômicas e das fontes de matérias-primas.

A França, que fomenta guerras na África (a exemplo do Níger, fonte importante de minério de urânio e outros minérios raros, como o ouro, petróleo etc.), é uma potência imperialista que procura exercer o seu poderio sobre nações semicolônias, como é o caso das nações africanas. Diante da crise econômica, que se potencializou desde 2008, as multinacionais francesas vêm fazendo cortes de produção em seu próprio país, bem como nas regiões em que mantém suas filiais. Assim, a Michelin fabricante de pneus passou a fechar suas fábricas na França, que provocou a demissão de 1200 trabalhadores. Anunciou o fechamento de suas fábricas na Alemanha e no México. Essa dura medida atingiu também o Brasil, com o fechamento da Michelin em Guarulhos. As justificativas capitalistas são de que se tornou inviável a manutenção das fábricas em função da concorrência asiática.

O anúncio de fechamento da fábrica de Guarulhos percorrerá seis meses, com previsão de desativação em dezembro de 2025. O que provocará a demissão de 350 operários.

Diante dessas medidas drásticas, os operários sempre têm mostrado disposição de resistir. Fato que ocorreu na França, Alemanha e no Brasil. Basta lembrar das greves contra o fechamento da Ford, CAO A Chery e, agora, com a Avibras. O problema está na política das direções sindicais, que tomam o fechamento de uma fábrica como um caso particular, rejeitando a luta geral da classe operária contra as demissões massivas ocasionadas pelo fechamento de empresas. É o que se passa com os operários da Avibras paralisados há 1000 dias, sem que haja uma campanha nacional pela estatização da empresa.

O Boletim Nossa Classe chama os operários da Michelin a defender os empregos, resistindo ao fechamento da fábrica. Exige que o sindicato convoque assembleia para aprovar o caminho coletivo da luta. E levanta a bandeira: fábrica fechada, fábrica ocupada. Faz parte dessa campanha o chamado para que as centrais sindicais organizem o movimento contra mais esse fechamento de fábrica, bem como impulsionem a campanha pela estatização da fábrica e controle coletivo da produção.

A crise no setor da borracha e a política sindical de conciliação com os patrões

A matéria publicada em 30 de junho de 2025 pelo Sindicato dos Borracheiros da Grande São Paulo e Região (SINTRABOR) sobre a reunião entre o Presidente do Sindicato e o Presidente da Força Sindical evidencia mais uma vez os limites da política sindical atrelada aos interesses patronais e à conciliação de classes. Diante da grave crise no setor da borracha — com o fechamento de fábricas, demissões em massa e avanço da importação — a direção do sindicato opta por buscar “saídas” através de reuniões de cúpula

com o governo e setores empresariais, sem mobilizar a base ou apontar qualquer perspectiva de luta real dos trabalhadores.

A destruição de mais de 600 postos de trabalho nas fábricas da Bridgestone, em 2023 no ABC, e da Michelin em 2025, em Guarulhos, é resultado da lógica do capital: a busca incessante por lucros, à custa da exploração e da precarização. A tentativa de responsabilizar unicamente as importações “sem isonomia” serve para esconder o papel ativo dos patrões, que escolhem fechar unidades e reestruturar a produção global para rebaixar salários e direitos.

A defesa da “competitividade” da indústria nacional, como propõe a direção do SINTRABOR, é uma armadilha. Sob o pretexto de proteger empregos, o que se busca, na prática, é proteger o lucro das empresas. O que o sindicato deveria estar fazendo é organizar os trabalhadores para resistir coletivamente: com assembleias nas portas de fábrica, comissões de fábrica, greves contra as demissões, exigência de estabilidade no emprego, etc.

O representante da Força Sindical — central historicamente atrelada aos interesses patronais e governistas — promete uma reunião com Alckmin e empresários do setor. Mas sabemos o que sai desses encontros: mais promessas vazias e nenhuma garantia concreta para a classe operária. É preciso romper com essa política de colaboração. Só a mobilização dos operários, com a ação direta coletiva, pode enfrentar os ataques.

É hora de colocar o sindicato a serviço da luta, e não das negociações de gabinete. Os trabalhadores devem exigir que o SINTRABOR convoque assembleias em todas as fábricas da base, unifique os trabalhadores do setor, denuncie os ataques patronais e construa um plano de lutas. A saída para a crise não virá de Brasília nem dos escritórios das federações empresariais — virá da organização consciente e combativa dos explorados e dos métodos de luta próprios da classe operária.

R\$5

Adquira com o distribuidor do Nossa Classe:

CAMPAINHA DO BOLETIM NOSSA CLASSE CONTRA AS DEMISSÕES E OS ACORDOS DE FLEXIBILIZAÇÃO CAPITALISTA DO TRABALHO



Nossa luta por um programa próprio e pela independência política da classe operária e dos demais explorados

Vencer a burocracia sindical, para acabar com as traições às necessidades mais elementares do proletariado

Constituir as oposições sindicais, classistas e revolucionárias

Trabalhar pela construção do Partido Operário Revolucionário (POR)

SÃO PAULO 2023



NOSSA CLASSE



POR

São Paulo - ABC

Distribuição do Nossa Classe na Bridgestone expõe divisão da classe operária

Durante a distribuição do Boletim Nossa Classe de Junho de 2025 na porta da fábrica Bridgestone, em Santo André, militantes do POR conversaram com operários, aprofundando o debate sobre os principais ataques enfrentados pelos trabalhadores. Além da edição regular do Boletim, foi distribuído também o Boletim Nossa Classe em solidariedade à greve dos terceirizados da Braskem de Mauá. Os terceirizados da Bridgestone informaram que o acordo referente ao dissídio de 2025 está pendente e o sindicato ainda não apareceu na fábrica por conta da greve na Braskem, expondo a política divisionista da direção que não trabalha pela unidade dos trabalhadores.

A terceirização, que divide os trabalhadores e rebaixa salários e direitos, servindo aos interesses patronais, foi denunciada como uma das formas mais cruéis da exploração capitalista. Foi enfatizado o absurdo de trabalhadores exercerem a mesma função e receberem salários diferentes por conta do vínculo empregatício terceirizado, o que também impacta diretamente nas negociações coletivas, com valores desiguais dentro de um mesmo local de tra-

balho. Expressando o grau de atraso político, alguns trabalhadores afirmaram que diante dos salários miseráveis já pediram aumento para o encarregado, que negou o pedido. Ressaltamos que a terceirização debilita a organização sindical, facilitando a estruturação de direções sindicais fantasmas, completamente alheias à base. Por fim, destacamos a necessidade de unir os trabalhadores diretos e terceirizados para lutar pela efetivação dos terceirizados, o que implica o combate à maldita lei da terceirização para todos os serviços, imposta por Temer e que se mantém com o governo Lula.

A ação foi avaliada de forma positiva, com boa receptividade por parte dos operários. Em geral, as poucas provocações tratavam-se de cobranças direcionadas ao sindicato da categoria. Devido ao abandono do trabalho operário pelas esquerdas, recorrentemente os militantes poristas são confundidos como sendo do sindicato, assim afirmamos que não somos da direção do sindicato e reforçamos a necessidade de se construir uma oposição às direções burocráticas.

São Paulo

Assinada a Convenção Coletiva 2025 dos trabalhadores da Construção Civil

O Sintracon – SP (Sindicato dos trabalhadores da construção de São Paulo) aprovou em 20 de maio de 2025 uma Convenção Coletiva rebaixada e vergonhosa. Em nota publicada na página do sindicato, eles comemoram o reajuste miserável de 6%, diante de uma inflação de 5,32% e aumento geral da carestia da vida, além de um vale refeição de R\$485,00, sendo R\$31,80 por dia trabalhado. Nesse contexto, o teto salarial para os trabalhadores da construção civil está em R\$3.192,00, muito abaixo do salário mínimo necessário para se manter uma família de 4 pessoas calculado pelo Dieese, que no mês de maio estava em torno de R\$7.528,00.

A situação dos trabalhadores da Construção Civil é de extrema exploração. Tem enfrentado jornadas de até 12 horas, revezando-se em mais um emprego, trabalhando em condições inseguras, expostos a acidentes até fatais e sofrendo o peso da superexploração.

O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores da construção civil a rejeitarem esse acordo carniceiro e traidor e se organizarem nas bases para impor à patronal suas reivindicações elementares, que garantam suas condições de vida. Em defesa de um salário mínimo vital, escala móvel de reajuste salarial de acordo com o aumento real da carestia de vida, escala móvel das horas de trabalho e estabilidade no emprego. Sob essas bandeiras, o Boletim Nossa Classe convoca os operários a organizarem a oposição de luta, classistas e revolucionárias e a participação nas assembleias soberanas e democráticas, com independência de classe para varrer as direções sindicais traidoras e retomar o sindicato para a luta dos trabalhadores. Por um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, como preparação da Greve Geral.

Realizado o Encontro Operário em São Paulo

No dia 21 de junho, o POR realizou o Encontro Operário que tem como objetivo construir as comissões de fábrica e as oposições sindicais de luta, classistas e revolucionárias, para recuperar os sindicatos para a luta em defesa dos empregos, salários e direitos.

Na primeira parte do encontro foi feito um balanço da intervenção do partido na greve dos trabalhadores terceirizados da Braskem, pelo aumento de salário e direitos. A burocracia do Sindicato Construmob, ligados à CUT, dividiu a campanha salarial fazendo negociações por setores. Os operários revoltados com a proposta de reajuste miserável de 6% apresentada pela patronal e de 6,5% do TRT aprovaram a greve. Para quebrar a greve e a disposição de luta dos operários, a burocracia fez uma greve passiva. Mandava os operários para casa; defendia a proposta do Tribunal; ameaçava dizendo que a Braskem poderia contratar outra empresa para fazer o trabalho, e o mais nefasto, passou a culpar uma minoria que estava entrando para trabalhar pelo fim da greve.

O POR, através do Boletim Nossa classe, esteve desde o início apoiando a luta, fazendo intervenção nas assembleias e apresentando propostas para a vitória da greve. Defendeu que a greve deveria ser ativa. Para isso, a direção não poderia mandar os operários para casa. Após a aprovação da greve, é responsabilidade e obrigação da direção constituir o comando de greve e os piquetes nas portarias, com os próprios operários, para impedir a entrada dos fura-greves e combater toda pressão da chefia e da direção sobre os trabalhadores. A burocracia se colocou contra a proposta do Nossa Classe de constituição do comando de greve e dos piquetes, argumentando que cada operário deveria decidir individualmente se entraria ou não.

O Boletim Nossa Classe também defendeu a democracia operária, que significa o direito dos operários debaterem coletivamente e votarem a continuidade ou não da greve. Se a maioria vota pela continuidade da greve, a minoria deve acatar a decisão. Para isso,

o comando de greve e os piquetes são a única forma de garantir a democracia operária, ou seja, que a decisão da maioria seja respeitada. Fez parte da defesa, o direito irrestrito de greve. Rejeitar qualquer intervenção do TRT na luta dos trabalhadores e a retirada de multa ao sindicato. Por fim, propagandeou a importância do salário mínimo vital, suficiente para manter a família trabalhadora e a escala móvel de reajuste. Que as centrais e sindicatos convocassem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, como preparação da greve geral em defesa dos empregos, salários e direitos.

Na segunda parte, realizou a leitura, debate e contribuições à primeira parte do documento que tem como título “Combater a contrarreforma trabalhista que favorece os capitalistas (burguesia) e massacra os trabalhadores”. Primeira parte, porque a proposta é continuar elaborando sobre todos os ataques contidos nas contrarreformas trabalhista, previdenciária e a lei da terceirização para a classe operária e, principalmente, da linha e luta política do partido para colocar abaixo as mesmas.

O documento inicia mostrando que a Reforma Trabalhista de 2017, implementada pelo projeto de lei 13.467, que alterou, em favor da patronal, por volta de 200 dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), vem pesando sobre as condições de vida da maioria explorada e sobre as condições de trabalho.

Segundo uma nota técnica do Dieese, publicada em maio de 2017, a reforma trabalhista pode ser resumida em quatro grandes temas que atacam diretamente os trabalhadores: condições de trabalho, organização sindical, negociações coletivas e justiça do trabalho. Nessa primeira parte, o documento trata dos ataques sobre as condições de trabalho.

1 – Condições de trabalho

Entre os principais pontos relacionados a esse aspecto, podemos mencionar a regulamentação de uma série de contratos precários além do contrato temporário (Lei 13.429/2017), que garante aos patrões a possibilidade de formas de contratação com reduzidos custos e, consequentemente, reduzidos direitos trabalhistas e proteção judicial para os trabalhadores. O precedente para que se realizem contratos precários, sem garantias, é um ataque ao valor da força de trabalho bem como a direitos como férias, 13º salário, estabilidade no emprego, seguro-desemprego, FGTS, entre outros.

Outro ponto a se destacar no PL 38/2017 é o conjunto de medidas que facilitam a demissão, reduzindo a possibilidade do trabalhador reivindicar direitos trabalhistas na Justiça do Trabalho. Além disso, inclui também medidas que dissertam sobre a extensão da jornada de trabalho, disseminando de forma indiscriminada mediante acordo individual a jornada 12x36, até então restrita a situações excepcionais e condicionada ao acordo coletivo celebrado com o sindicato; criação do contrato de trabalho intermitente e a desregulamentação, redução ou flexibilização de uma série de direitos relativos às condições de trabalho, como o salário, isonomia salarial e proteção às mulheres gestantes. A Nota Técnica do DIEESE detalha de forma minuciosa as alterações sobre as condições de trabalho na seguinte ordem:

ALTERAÇÕES NO CONTRATO DE TRABALHO

A) Teletrabalho

A contrarreforma instituiu o contrato de teletrabalho, definido como uma prestação de serviços fora das dependências das empresas, por meio da utilização da tecnologia da informação, ou seja, uma maior sujeição da força de trabalho pelos capitalistas, que poderá dispor do trabalhador no momento em que esse se encontra fora dos limites da jornada de trabalho.

B) Contrato de trabalho intermitente

O contrato de trabalho intermitente, é definido pela contrarreforma aqui tratada, como um contrato em que a prestação de ser-

viços não é contínua, havendo períodos em que o patrão dispõe da força de trabalho alheia de acordo com a necessidade da produção, podendo igualmente dispensar o trabalhador sem qualquer ônus, podendo novamente reconvocá-lo de acordo com as demandas de produção.

C) Ampliação do contrato de trabalho em tempo parcial

Nesse ponto, a contrarreforma altera o limite que vigorava até 2017 de até 25 horas semanais para 30 horas semanais, sem possibilidade de horas suplementares. A expansão dessa forma de contratação impõe aos trabalhadores uma situação de “subutilização da força de trabalho”, e por outro lado também de superexploração frequentemente determinada por fatores sociais e culturais, afetando especialmente jovens e mulheres e resultando em rendimentos mais baixos.

D) Outro ponto do PL38/2017 é o que estabelece o contrato de prestação de serviços nas atividades-fim (terceirização) e restringe a igualdade de direitos a poucos itens.

A alteração da Lei 13.429/2017 modifica a legislação do trabalho temporário (Lei 6.019/1974), redefinindo a prestação de serviços a terceiros como a “transferência, pela contratante, da execução de quaisquer de suas atividades — inclusive a atividade principal — a uma pessoa jurídica de direito privado que possua capacidade econômica compatível para sua realização”, aprofundando a exploração e a desvalorização da força de trabalho e desonerando as grandes empresas de arcarem com os custos de produção e de garantir ao trabalhador direitos básicos. O principal ponto sobre o qual pesa esse ataque é a desvalorização do valor da força de trabalho.

E) Liberação e legalização do uso de contrato de trabalho autônomo desde que cumpridas todas as formalidades legais, a contratação de autônomo com ou sem exclusividade, de forma contínua ou não, não configura relação de emprego, mais uma vez retirando aos trabalhadores toda e qualquer garantia de condições de vida, uma vez que não têm seus empregos garantidos por qualquer tipo de vínculo empregatício, e portanto, de direitos, salários etc.

Pelos dados acima, se confirma na prática a traição da burocracia sindical de direita e de esquerda, que se colocou ao lado dos capitalistas, que demitiram milhares de trabalhadores. Mostra também, a disposição de luta da classe operária e demais trabalhadores que depois de 20 anos sem uma greve geral, se levantaram e impuseram à burocracia sindical a convocação da greve geral de 2017 contra a reforma trabalhista. A classe operária se posicionou contra a contrarreforma trabalhista, com centenas de operários parando a produção e participando dos bloqueios e manifestações. As burocracias sindicais das Centrais fizeram de tudo para sufocar o instinto de revolta e bloquear a luta das massas.

As contrarreformas trabalhista, previdenciária, a lei da terceirização, aprovadas por Temer e Bolsonaro e as contrarreformas do governo burguês de Lula têm como objetivo garantir os interesses econômicos da burguesia nacional e do imperialismo/multinacionais. A crise estrutural do capitalismo e a consequente crise de superprodução obriga os capitalistas a destruir forças produtivas, aumentar a exploração da força de trabalho e retirar direitos conquistados, para aumentar sua taxa de lucro, que tem caído a cada ano. Para isso, tem contado com a ajuda dos governos burgueses ditos democráticos e ultradireitistas.

O POR tem travado a luta política, denunciando a política de conciliação e traição das burocracias sindicais e chamando a vanguarda mais consciente a construir as oposições classistas e revolucionárias em todos os setores, para resgatar os sindicatos para a luta de classes e colocá-los a serviço da luta revolucionária do proletariado pela destruição do capitalismo e a construção do socialismo.

São Paulo

Sem organização sindical, empresas terceirizadas aumentam a exploração da força de trabalho

A empresa terceirizada Libem presta serviços de limpeza nas escolas estaduais da diretoria de Caieiras. O governo Tarcísio não contrata funcionários e aproveita a terceirização para expandir no interior das escolas. Por sua vez, as terceirizadas esfolam o quanto podem os trabalhadores, pagando salários de fome, cortando direitos, oferecendo míseros R\$ 120,00 como cesta-básica e atrasando os pagamentos. O que fazer com R\$ 120,00? Com esse valor não dá para comprar nem a metade dos produtos que vinham na cesta básica, que já era bem pouco para manter uma família. Ainda há mais. As escolas avaliam os serviços e quando as notas são baixas, responsabilizam as trabalhadoras, ocultando que os verdadeiros responsáveis são o governo e as empresas terceirizadas.

O descontentamento das trabalhadoras terceirizadas que executam o trabalho de limpeza nas escolas é muito grande, como é o caso da Libem. No entanto, individualmente não é possível combater as empresas terceirizadas. Daí a importância de se organizar no sindicato. Coletivamente, é possível combater e defender os di-

reitos e lutar por salários. É confiando nas nossas próprias forças que vamos defender emprego, salário e direitos. Trata-se de uma luta contra a terceirização. O que significa lutar pela efetivação de todos os trabalhadores terceirizados.

O sindicato dos funcionários de escola, a Afuse, tem de exigir a contratação dos terceirizados. Para isso, o primeiro passo é a convocação de assembleia para que coletivamente se aprove a luta pelas reivindicações de todos os funcionários, sejam eles contratados diretamente, efetivos e temporários, e os terceirizados. No entanto, a Afuse permanece alheia aos problemas que se passam nas escolas. É uma direção incapaz de conduzir o sindicato na proteção da força de trabalho.

Está mais do que na hora de trabalhar pelo fortalecimento de uma oposição classista e de luta. A Corrente Proletária tem sido esse canal. Por isso, chama os funcionários, que inclui os terceirizados, a ajudar a construir esse polo de oposição para recuperar a Afuse em favor dos interesses dos trabalhadores.

São Paulo

Intervenção do POR em defesa da retomada da greve dos trabalhadores do judiciário

Camaradas, falo em nome do Partido Operário Revolucionário e defendo a retomada da greve. Todos que vieram aqui disseram que nossa greve foi vitoriosa. Foi a nossa greve que obrigou o Tribunal a abrir negociação. O Tribunal deu um reajuste, não o que nós reivindicamos. Então companheiros, façamos uma reflexão aqui. Se foi a greve que permitiu arrancar um reajuste, vamos manter a greve para continuar dizendo ao Tribunal que quando entramos em greve não estávamos brincando. Quando entramos em greve para reivindicar o reajuste salarial é porque o Tribunal só nos ouve quando estamos parados. O patrão faz de tudo para tentar acabar com a nossa greve. Não duvidem, se essa greve acabar, ele vai fechar as portas, não vai haver negociação nenhuma.

Outra coisa, companheiros, foi decidido trinta dias atrás que

a gente ia suspender a greve, que ia dar um voto de confiança ao Tribunal. Olha o que aconteceu. O Tribunal simplesmente não fez nada e a nossa greve acabou tendo um refluxo por causa dessa decisão. Foi errado. A gente deveria ter mantido a greve. Os companheiros estão dizendo aqui que tem pouca gente. Na assembleia que aprovou a greve nós tínhamos a mesma quantidade que temos aqui hoje. Então, companheiros, se nós tínhamos o mesmo número que temos hoje e nós chegamos a lotar essa praça, com mais de dois mil, nós temos condições de fazer isso de novo. Recuar agora é dizer para o Tribunal: você venceu. Então companheiros, não tenhamos medo. A greve é nosso único método para conseguir nossas reivindicações. Então companheiros, a minha proposta é: retomar a greve imediatamente.

São Paulo - ABC

Evento “Reformas Administrativas: flexibilização capitalista do trabalho” promovido pelo SinTUFABC

A Corrente Proletária na Educação/POR participou do evento “Reformas Administrativas: flexibilização capitalista do trabalho” promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do ABC (SinTUFABC). Realizado em 24 de junho, o debate teve presença coletiva no campus Santo André da UFABC e transmissão ao vivo pelo Canal do SinTUFABC no Youtube, contando com exposições de trabalhadores da educação das seguintes correntes sindicais: MLC/UP, CPE/POR e Travessia/Resistência-P-SOL.

A seguir apresentamos uma síntese do debate.

Os expositores demonstraram que, a despeito da atual discussão no Congresso Nacional, a contrarreforma administrativa vem sendo aplicada há tempos. Na década de 1980, esta política foi impulsionada pela política neoliberal contra as conquistas das massas exploradas no capitalismo, como os sistemas universais, em um contexto de existência da União Soviética enquanto regime social de transição do capitalismo para o socialismo. No Brasil, a Reforma do Estado na década de 1990 impulsionou a contrarreforma administrativa, que vem sendo implementada nas diversas esferas de forma ininterrupta, e que avançou a passos largos no último período.

Entre as reformas administrativas há uma essência ligada à orientação geral de rebaixar o valor da força de trabalho e golpear a estabilidade, coluna vertebral dos servidores públicos. Essas reformas visam quebrar direitos, enxugar e precarizar a estrutura dos serviços e do funcionalismo públicos em benefício da burguesia. É um ataque que integra o programa da burguesia para fazer a população trabalhadora pagar pela crise capitalista e, como tal, não está desvinculado das demais medidas de flexibilização capitalista do trabalho, como as contrarreformas previdenciárias, trabalhistas, privatizações etc.

As exposições indicaram que a contrarreforma administrativa resulta da política econômica ditada pelo capital financeiro. O centro da reforma é reduzir gastos com direitos sociais para garantir o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, que consome metade do orçamento público nacional. Foram citados dados relativos à participação do serviço público na economia brasileira, demonstrando que os trabalhadores públicos perderam espaço no orçamento nas últimas décadas e a proporção em relação à força de trabalho economicamente ativa é inferior à média de outros países.

Apresentaram-se diversas ações para enfrentar a Nova Reforma Administrativa e reverter ataques já implementados. De maneira geral, as exposições destacaram a importância da organização coletiva dos trabalhadores, em especial no âmbito sindical, e reconheceram o parlamento burguês como inimigo dos trabalhadores, seja por se tratar de um balcão de negócios da burguesia, ou por possuir maioria fisiológica. O MLC enfatizou a importância de organizar uma mobilização de resistência, mas também ofensiva, vinculando a luta contra a reforma administrativa com a luta pelo fim da escala 6x1. O Travessia fez a defesa do Plebiscito Popular. A Corrente Proletária da Educação (CPE), por sua vez, colocou a necessidade de unir os trabalhadores em luta, construindo um movimento grevista unificado nacionalmente, com a convocação

de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, como preparação da Greve Geral.

A CPE/POR também afirmou que o principal obstáculo à vitória dos trabalhadores é a política de conciliação de classes das direções sindicais, que inclusive defendem a governabilidade do governo burguês de Lula/Alckmin. Exemplo disso é a política da direção da Apeoesp, que mesmo sob a gestão de um governo ultradireitista e diante de profundos ataques à categoria, coloca-se contra a deflagração da greve para evitar a projeção e unificação das lutas e blindar o governo de frente ampla de Lula. As táticas de desviar a disposição de luta das massas para a institucionalidade burguesa, por meio da tentativa de sensibilização de parlamentares, judicialização, bloqueio da unidade grevista, são exemplos de política derrotista, um caminho incapaz de impedir a imposição das contrarreformas.

Em nossa intervenção, enfatizamos que a unidade dos explorados através da ação direta coletiva é essencial para fazer frente ao programa da burguesia para a crise. Nossa exposição teve como referência o Boletim CPE-SinTUFABC N.º 62 “Derrotar a Reforma Administrativa com a força da mobilização nas ruas!” distribuído aos presentes, que apresenta um quadro das reformas administrativas no país, com destaque para o professorado da Redes Públicas Estadual e Municipal de São Paulo. Em resposta a uma pergunta do público de como convencer a categoria e a população a respeito da luta, a CPE enfatizou a importância da luta coletiva contra os exploradores, pois a consciência classista dos trabalhadores avança através da experiência concreta, bem como da contra-ofensiva ideológica, por meio do trabalho de base, do trabalho operário e da superação do economicismo com o programa de transição, isto é, da ponte entre as reivindicações mais sentidas pelos trabalhadores com a estratégia da revolução proletária.

Manifesto do POR distribuído no encontro

Derrotar a Reforma Administrativa com a força da mobilização nas ruas!

Em defesa dos serviços e do funcionalismo públicos! Estabilidade para todos os trabalhadores!

Que os sindicatos, centrais e movimentos sociais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações massivas, contra a Reforma Administrativa e pela revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciária, da Lei da Terceirização e do Novo Ensino Médio.

Unificar os explorados nacionalmente em defesa dos empregos, salários e direitos!

A PEC 32, da Reforma Administrativa, foi enviada pelo poder Executivo em setembro de 2020, durante o governo Bolsonaro. Chegou a ser aprovada na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara e, depois, uma Comissão Especial aprovou um substitutivo ao texto original em outubro de 2021. Atualmente, a PEC 32 se encontra estagnada em seu processo de tramitação. No entanto, isso não significa que a ofensiva burguesa sobre o funcionalismo público esteja estancada. O caminho percorrido tem sido o da aprovação nos estados e municípios, além de medidas específicas, que compõem o escopo geral da reforma, a exemplo da Regulamentação do Estágio Probatório (Decreto No 12.374), de 6 de fevereiro deste ano, e da proposta de “nova Lei Geral de Gestão Pública”. Como se vê, a tática empregada pela burguesia tem sido a do “fatiamento” da proposta.

O Decreto No 12.374 é de autoria do governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin. Estabeleceu a padronização e unificação da avaliação durante o estágio probatório; mantém o período de 36 meses, mas o divide em três ciclos; torna obrigatória a participação do servidor em um Programa de Desenvolvimento Inicial (PDI), e impõe ao servidor uma média igual ou superior a

80 pontos, além do certificado no PDI. Na justificativa, o governo alega que foram medidas para tornar mais “transparente, objetiva e eficaz” a avaliação durante o probatório. Na prática, isso significa facilitar a demissão ainda nesse estágio.

Já a proposta de “nova Lei Geral de Gestão Pública” visa substituir o Decreto-Lei No 200/1967, que determina a atual base para a organização da administração pública federal. Tem sido vista por setores da burguesia como alternativa à PEC 32, dado que o caráter de “emenda constitucional” exige maioria qualificada para a sua aprovação, enquanto uma lei ordinária ou complementar é aprovada por maioria simples. Embora ainda não exista uma proposta formalmente apresentada, sabe-se que o objetivo é uma alteração ampla e profunda das regras do funcionalismo, incluindo a política remuneratória, progressão e promoção funcional, avaliação de desempenho (não só durante o probatório), entre outros aspectos.

A experiência tem demonstrado, portanto, que a reforma está avançando. Além das propostas em âmbito federal, é importante observar o percurso do ataque ao funcionalismo nos estados e municípios. É o caso de São Paulo: João Doria já aprovou, quando

ocupava o posto de governador, aspectos da Reforma Administrativa por meio do PL 529/2020 e do PLC 26/2021. De conjunto, essas medidas apontavam no sentido da privatização, extinção de órgãos/entidades e corte de gastos, situando-se, assim, como um braço do ajuste fiscal e do enxugamento da máquina governamental, dando um importante impulso ao processo de desestatização, pavimentando o caminho, por exemplo, para a entrega da Sabesp. O PLC 26, especificamente, aprofundou a política de bonificação por resultados, alterou regras de benefícios e adicionais (como o de insalubridade) e extinguiu as seis faltas abonadas a que os servidores tinham direito.

No caso específico da Educação, a Lei 1.374/2022, que instituiu a chamada “Nova Carreira”, trouxe também aspectos importantes da reforma administrativa. Doria conseguiu impor o modelo remuneratório por subsídio, em substituição ao regime por salário. Trata-se de uma manobra jurídica, que leva à perda de direitos históricos, como o quinquênio e a sexta-parte. A implantação do modelo dos subsídios tem sido, inclusive, um dos principais pontos de embate entre os servidores da capital paulista e a Prefeitura.

Prefeitura de SP que também já aprovou aspectos da reforma administrativa, com os PLs 452/2020, e 650, 651 e 652/2021, na medida em que apontaram no sentido do enxugamento da máquina estatal, extinguindo cargos/serviços e cortando gastos, redefinindo a atuação de órgãos e fundações, e privatizando serviços e bens. No caso dos servidores, o PL 652, em particular, teve um peso grande, pois retirou parte das faltas abonadas, reestruturou as carreiras de nível básico e médio e modificou regras de concessão de benefícios.

O que se observa, portanto, é que existe uma semelhança considerável entre as medidas tomadas nos diversos níveis administrativos, o que indica uma orientação geral comum da burguesia no sentido da quebra de direitos e de implantação do chamado “Estado mínimo”. A coluna vertebral da reforma, contudo, se encontra na questão da estabilidade dos servidores. À classe dominante é fundamental a chantagem da demissão para o rebaixamento do valor da força de trabalho e a destruição de antigas conquistas. O modelo que tem sido perseguido pelos capitalistas é o das empresas terceirizadas, onde se recebe em média muito menos, os direitos praticamente não existem e a rotatividade da mão de obra é elevada.

Trata-se de um meio para economizar recursos, tendo em vista o objetivo de continuar cumprindo o pagamento da dívida pública. Está aí o ponto nevrálgico da questão. A Reforma Administrativa atende plenamente aos interesses do capital financeiro. Insere-se num quadro mais amplo de flexibilização capitalista do trabalho, de desmonte do Estado, de privatização e de entrega das riquezas nacionais. É por isso que a Reforma Administrativa não pode ser separada do conjunto das contrarreformas, principalmente a trabalhista, a previdenciária, da Educação e a Lei da Terceirização. Em última instância, são ações que refletem o programa da burguesia em resposta à crise do capitalismo.

Essa Reforma constitui, assim, um duro ataque aos oprimidos de conjunto, e não somente ao funcionalismo. Os pobres e miseráveis dependem dos serviços públicos. Daí a necessidade de uma resistência unitária dos explorados. O obstáculo, nesse sentido, se encontra na paralisia das direções sindicais, que não têm movido uma palha sequer para derrotar mais esse duro golpe da burguesia sobre a maioria nacional. Era para o movimento contra

a Reforma Administrativa estar ocupando as principais avenidas do país, mas não é o que se tem visto. Durante esse percurso de “fatiamento” da reforma nos estados e municípios, as direções sindicais apostaram todas as fichas nos embates parlamentares e no campo jurídico, colocando a mobilização, portanto, no campo do inimigo.

A derrota era inevitável por esse caminho, e foi o que se viu em todas as situações, com a sucessiva aprovação dos PLs nas Câmaras e Assembleias Legislativas, exatamente o que se viu no âmbito nacional, com a votação das contrarreformas trabalhista e previdenciária, os dois maiores ataques sofridos pelos trabalhadores do Brasil em muitos anos.

No caso do funcionalismo federal, o principal obstáculo se encontra no governo das direções sindicais, que têm feito de tudo para sustentar a governabilidade de Lula, sacrificando os direitos dos trabalhadores, conquistados com tanta luta. Os servidores até têm se levantado em mobilizações importantes, com greves duras, demonstrando que o problema não está na ausência de disposição de luta nas bases. O que aumenta a responsabilidade das direções traidoras, uma vez que implica a derrota dos movimentos, por meio da aplicação de uma linha de conciliação de classes.

A Corrente Proletária tem atuado nos movimentos apontando a necessidade de erguer a resistência coletiva, massiva e unitária, no campo da independência política, para derrotar a Reforma Administrativa e revogar o conjunto de contrarreformas já aprovadas. Para isso, é fundamental tomar como ponto de partida as reivindicações elementares das massas, de defesa dos empregos, salários e direitos, em defesa da Saúde e Educação públicas. Coloca-se com urgência a defesa dos serviços públicos e do funcionalismo, especialmente com a defesa da estabilidade de todos os trabalhadores. A Corrente Proletária tem insistido na bandeira de convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações massivas. Trata-se de unificar os explorados nacionalmente em defesa de suas reivindicações, com o método da ação direta.

R\$5

**Adquira
com o
distribuidor
do jornal
Massas:**

SinTUFABC



**Construir uma direção
classista e democrática
para defender a
força de trabalho e a
universidade pública!**

Por uma fração revolucionária
no funcionalismo público!



POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO



MASSAS
MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA E CONSCIENTIZAÇÃO
DAS MASSAS



Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Rio Grande do Sul – Porto Alegre

Realizado o 2º encontro da Frente em Defesa do DMAE Público e Estatal, organizado pelo SIMPA (Sindicato dos Municipários de Porto Alegre)

A Frente em Defesa do DMAE (Departamento Municipal de Água e Esgotos) Público e Estatal realizou sua segunda reunião no dia 23 de junho. Estiveram presentes funcionários do DMAE, representantes de outros sindicatos, Sindserf, Sindibancários, representantes da CUT e CTB, membros do Fórum Social das Periferias, conselheiros do Orçamento Participativo, o POR e filiados da UP, do PCdoB e do PSB.

No geral, as intervenções se voltaram a repetir cansativamente que o DMAE deve permanecer público e que devem ser realizadas campanhas contra a privatização nos “bairros, vilas, territórios e periferias”, para convencer a população das desvantagens da privatização.

No fundo disso, está a proposta de direcionar para as eleições a luta contra a privatização do DMAE, pois campanhas para convencimento da população dos prejuízos da privatização servem apenas para dar conteúdo à campanha eleitoral da oposição, uma vez que não tem o objetivo de organizar a luta e definir quais os métodos para impedir a privatização.

Segue a transcrição da intervenção do POR na reunião:

“Boa noite pessoal, eu sou militante do Partido Operário Revolucionário, temos participado da luta contra as privatizações no Brasil inteiro.

Percebemos que passamos hoje por uma crise mundial do capitalismo que tem levado às guerras, às tragédias climáticas, à retirada de direitos, ao aprofundamento das opressões e da miséria e às privatizações. E independente do caráter do governo, seja de direita ou seja de esquerda, estão dando continuidade a esses ataques. O governo federal atual mantém a reforma trabalhista, a reforma da Previdência, a lei da terceirização e o salário mínimo miserável.

Nós aqui temos esse prefeito e esse governador, mas outros estados têm governos e prefeituras de esquerda (PSOL, PT), enquanto o nosso governo federal é uma sopa de tudo, e todos esses governos atendem aos interesses da burguesia, porque o caráter de classe do Estado é burguês. Logo temos de ter em mente que pressão parlamentar, pressão aos vereadores, plebiscito popular,

justiça burguesa, não vão nos ajudar a combater as privatizações e todos os outros ataques dos governos. Estes não são os nossos métodos de luta, os nossos métodos de luta - os únicos que a patronal e o governo entendem - é greve, é ocupação, é bloqueio de rodovia, é manifestação, e é a unidade de todas as categorias de trabalhadores.

Concordamos com o que o companheiro [do Sindiserf] falou, que precisamos unificar as lutas contra as privatizações, seja no âmbito municipal, estadual e federal, porque é o mesmo ataque. Não dá para ficar nesse divisionismo, que é o que estamos observando. Lutamos contra a privatização do DMAE aqui, queremos a reestatização do que já foi privatizado (CEEE, Sulgás). A TREN-SURB também está ameaçada, nesse caso em âmbito federal. Então temos de ter uma unidade. Mas como organizamos essa unidade? As centrais sindicais precisam convocar um Dia Nacional de Luta, que coloque todos, lado a lado, combatendo as privatizações. As centrais sindicais têm o poder para isso, a CTB, a CUT, a CSP Conlutas, controlam a maioria dos sindicatos do país, têm poder de organizar. E como se organiza?

Não basta só convencer a população, é importante evidentemente fazer a campanha contra a privatização do DMAE e contra todas as privatizações, é muito importante que a população entenda o que está acontecendo, mas se ficar só no convencimento da população vai ser mais um desvio para a via eleitoral, para eleger um governo que seja “melhor”, que na prática não vai ser melhor, então precisamos organizar o movimento com assembleias nos locais de trabalho, organizar a partir da base, com mobilização, para poder conquistar a unidade e ter um luta efetiva contra a privatização do DMAE e todas as outras, e também pela reestatização sob o controle operário daquilo que nos foi tirado. O que aconteceu com a CEEE é um exemplo perfeito para a população, muita gente que não estava nem aí, hoje em dia pergunta por que a gente não se mexeu contra a privatização da CEEE, olha o que aconteceu durante as enchentes, por exemplo. Então é uma coisa que a própria experiência tá dizendo; então temos de nos colocar também pela reestatização sob controle operário daquilo que nos foi tirado! Sob controle de quem trabalha e dos usuários e não dos governos da burguesia.”

Santa Catarina

Escândalo no financiamento para escolas privadas expõe a verdadeira orientação da política educacional do estado burguês

Em 11 de junho deste ano, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina divulgou relatório acerca do Programa “Universidade Gratuita” do governador bolsonarista Jorginho Melo (PL), constatando uma situação de corrupção na gestão desse programa. Os dados apresentados pelo TCE comprovam o desvio de aproximadamente R\$ 324 milhões, valor que deveria ser destinado a estudantes em situação de “vulnerabilidade socioeconômica”. As apurações mostram a fraude em mais de 40% das bolsas. De acordo com o canal G1, da Rede Globo, “O relatório do TCE, apresen-

tado em junho, colocou 18 mil inscrições sob suspeita e identificou que 832 alunos bolsistas integrais têm renda incompatível para acesso às vagas dos programas. As famílias beneficiadas irregularmente têm renda acima de um milhão e são donas de empresas e bens como carros de luxo e lanchas”.

O programa “Universidade Gratuita” consiste “na compra de vagas na rede privada destinadas a estudantes em ‘vulnerabilidade’ e que atendam critérios sociais e de renda, como até quatro salários mínimos de renda per capita. A única exceção é o curso de

medicina, que prevê renda de até oito salários mínimos per capita". (G1). As vagas se destinam aos cursos de graduação prestados pelas fundações e autarquias municipais universitárias e por entidades sem fins lucrativos de assistência social.

De acordo com a imprensa, as investigações conduzidas pelo DEIC (Delegacia de Investigação Criminal) revelam um esquema de consultorias privadas e funcionários das instituições privadas que auxiliavam estudantes a omitir ou falsificar informações patrimoniais para se enquadrarem indevidamente no programa.

A reação moralista diante do escândalo por parte da imprensa burguesa (G1), além de hipócrita, tenta esconder o verdadeiro problema subjacente a este programa que é o favorecimento ao capital (os donos de escolas privadas) em detrimento do ensino público e gratuito. Dados obtidos da imprensa indicam que o governo de Santa Catarina destinou, somente em 2024, R\$ 471,4 milhões ao programa Universidade Gratuita. O montante, divulgado pela Secretaria da Educação (SED), equivale a 90% do orçamento destinado à Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Em 2025, cerca de R\$ 933,8 milhões foram repassados ao programa e a expectativa é que o total chegue a R\$ 1,2 bilhão em 2026.

Além da fraude com o dinheiro público o verdadeiro "crime" é o favorecimento, o estímulo e o conluio do Estado brasileiro com os donos de escolas particulares. A esse respeito, o governador

bolsonarista apenas segue as pegadas do governo Lula, pois o seu "programa" segue o modelo do PROUNI, programa criado já no primeiro governo Lula que, na forma de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação favorece as instituições privadas de ensino superior, muitas das quais ficariam sem alunos se não tivessem o auxílio generoso do governo.

Este escândalo expõe o motivo que impede o acesso de todos os jovens em condições de cursar o ensino superior à universidade, que é a exclusão e seleção pela condição social do jovem, agravadas pelo domínio do ensino privado, principalmente nesse nível da educação. E esse domínio antidemocrático é uma orientação do Estado, que estimula mediante diversos procedimentos a perpetuação e ampliação dessa situação. Da mesma forma que na saúde, a orientação é a de estimular as empresas que exploram o atendimento médico e desmontar os sistemas públicos, no setor da educação se favorece o grande capital e se ataca o ensino público.

Diante deste quadro, o POR e a Corrente Proletária na Educação defendem o estabelecimento de um único sistema público e gratuito que implica a estatização, sem indenização de todo o sistema privado de ensino, do pré-escolar ao ensino superior. Somente esta bandeira permitirá a constituição de um movimento que unifique estudantes, docentes e todos os trabalhadores para arrancar esta reivindicação democrática.

Rondônia

Catracão no restaurante universitário

No dia 5 de junho, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e Centros Acadêmicos (CAs) convocaram os estudantes para um ato em frente ao Restaurante Universitário (RU) contra os cortes de verbas, os valores pagos pelo bandeirão, que é o mais caro da região Norte. Os estudantes também reivindicaram melhorias nas condições insalubres do local do restaurante e condições higiênicas dos alimentos, que foram servidos com presenças de larvas e pequenos objetos metálicos como parafusos.

Após a manifestação em frente ao RU, os estudantes coletivamente realizaram um "catracão" e cerca de 200 estudantes se serviram gratuitamente e colaboraram com os serviços de atendimento aos estudantes e demais usuários do restaurante. A ocupação durou aproximadamente 2h. No dia 11, ocorreu um outro "catracão", no qual foram servidas 350 refeições gratuitas, seguindo o mesmo método anterior e durou aproximadamente 1 hora e meia, motivado pelas mesmas reivindicações. E pelo fato de a situação não ter sido alterada, sem nenhuma negociação com os estudantes sobre as reivindicações.

Como a burocracia da universidade não atendeu as reivindicações ficando só na promessa, os estudantes organizaram mais um ato no dia 23 e desta vez ocuparam a PROCEA após um ato realizado no espaço localizado acima do RU.

Dentre as reivindicações constam a melhoria na qualidade das refeições e a readmissão imediata da funcionária terceirizada demitida por perseguições políticas, acusada de ter facilitado a ocupação dos estudantes no RU. Outra reivindicação importante é a de redução do preço dos alimentos, com as alterações do valor do almoço de 3,35 para 1,00, o café da manhã de 2,50 para 0,50 e o jantar de 3,13 para 1,00, equiparando aos valores das maiores universidades da região Norte. Os estudantes reivindicam também transportes para poderem frequentar eventos acadêmicos e aulas de campo. Os estudantes cobram que as prometidas políticas de acesso e permanência funcionem efetivamente e que não se limitem as promessas de campanhas para ganhar votos dos estudantes e demais integrantes da comunidade universitária. É parte ainda das exigências do movimento estudantil, o fim das retaliações e perseguições aos lutadores por direitos dentro da universidade e

dos funcionários terceirizados e que respeitem os estudantes em seu direito de lutar por melhorias das condições de ingresso e permanência na universidade até concluir o curso que ingressou.

No dia 26, a reitora Marília Pimentel notificou a ocupação e pediu a reintegração de posse. Diante dessa medida autoritária, os estudantes realizam assembleia e desocupam o prédio da PROCEA. Os estudantes acenam com a retomada do movimento, caso não haja cumprimento das reivindicações.

A Corrente Proletária Estudantil/CPE-POR, esteve em dois momentos de ocupação. Interveio com um Manifesto de solidariedade ao movimento. E exigindo que a universidade atenda imediatamente as justas reivindicações dos estudantes.

R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

110 dias de Greve de Técnicos Administrativos em Educação contra o governo burguês de frente ampla de Lula/Alekmin: percurso da luta na UFABC



Traição das burocracias colaboracionistas demonstra a necessidade de erguer oposições classistas e revolucionárias e constituir uma nova direção!



POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO



MASSAS
O JORNAL DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO

Ceará

Direção do PROIFES dá golpe e cria novo sindicato para dividir categoria

No dia 25 de junho, em Limoeiro do Norte-CE, sob um forte aparato policial e de segurança privada, o PROIFES realizou a assembleia de fundação de uma associação biônica e artificial, intitulada ADIFCE (Associação Sindical dos Docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) do Instituto Federal de Educação do Ceará. O evento se deu num hotel onde o segmento TAES (servidores técnico-administrativos da educação) foi impedido de participar. Professores EBTTs também foram impedidos de entrar na assembleia, mesmo mostrando identidade funcional e contracheque. O processo de criação da entidade foi eivado de irregularidades e manobras com o objetivo de dividir a categoria que já tem, há tempos, seu próprio sindicato: o SINDSIFCE. A diretoria deste último esteve no local e mobilizou um setor dos professores e servidores para tentar impedir o golpe do PROIFES, mas foram recebidos pela PM e não puderam conter a manobra sorrateira da burocracia governista.

O PROIFES foi criado em 2008 como uma entidade cartorial e desde o seu início mostrou sua finalidade: atuar em favor do governo, facilitar a realização de seus interesses, assinar acordos para encerrar greves e nivelar por baixo as reivindicações da categoria de servidores públicos federais na educação, como visto nas greves de 2012, 2015 e 2024.

No ano de 2024, na maior greve dos trabalhadores na educação em nível federal, onde 60 universidades foram paralisadas, com Técnicos Administrativos em Educação em greve e mais de 550

campi de IFES parados, o PROIFES (Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico) aplicou um duro golpe no movimento. Em uma manobra suja, assinaram um acordo às escondidas, antecipando o encerramento das negociações no dia 27 de maio do mesmo ano. Essa entidade espúria, sem representatividade e sem carta sindical, participou do processo por conveniência do governo. Em troca de seu apoio à Frente Ampla de Lula-Alckmin ganharam uma carta sindical, dada pelo Ministério do Trabalho em 10/06 de 2024, mês em que a greve foi encerrada.

A política de traição de classe do PT e da burocracia sindical nas categorias em que não têm em suas mãos o controle das associações, sindicatos e federações (e na impossibilidade de conquistá-los pelas vias normais da democracia operária) vem se manifestando na forma de divisão dos sindicatos, com a respectiva criação de entidades fantasmas.

Os trabalhadores de base e a vanguarda militante do IFCE devem rechaçar com toda a energia mais esta manobra podre do PROIFES. É preciso combater o divisionismo nas fileiras do funcionalismo/docentes e rechaçar a nova entidade, a ADIFCE, que serve apenas à paralisia das lutas e bloqueio da mobilização da categoria.

*Não à ADIFCE! Abaixo a direção traidora do PROIFES!
Pela unidade da categoria! Em defesa do Sindsifce!*

Balanço do Encontro da Diversidade Sexual do Sinasefe

Entre os dias 18 e 20 de junho, ocorreu em São Paulo o 1º Encontro da Diversidade Sexual e de Gênero do SINASEFE, organizado pela direção nacional do Sinasefe. A realização na capital paulista foi concomitante com a 29ª edição da semana da Parada do Orgulho LGBT+ de São Paulo. Contou com a participação de 38

seções filiadas ao Sinasefe, além de ter se comprometido no sábado e domingo com a Marcha das Lésbicas e a Parada na Avenida Paulista, conforme sua programação de 5 dias.

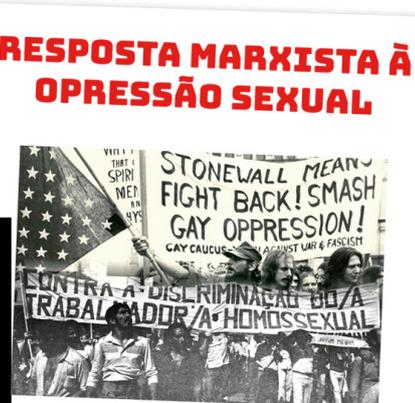
Na abertura do evento, foram destacados os motivos da escolha da semana da Parada do Orgulho LGBT+, acompanhados de críticas à crescente despolitização dos atos e da própria Parada. Apontou-se sua apropriação por grandes empresários e o caráter predominantemente festivo e turístico que o evento assumiu nos últimos anos — em contraste com sua origem, marcada por lutas políticas e reivindicações por direitos. Também foi mencionado o fenômeno conhecido como “pinkwashing” ou “pink money”, que denuncia a forma como o capitalismo cria um nicho de mercado ao “incluir” pessoas homossexuais, ao mesmo tempo em que mantém estruturas de opressão. A direção nacional do Sinasefe apresentou o encontro como um marco histórico para o SINASEFE e defendeu uma suposta união em torno de “algo maior”, propondo a superação das diferenças políticas. No entanto, esse tipo de discurso, além de não refletir a complexidade e a realidade interna do sindicato, acabou por excluir da organização e da mesa parte das organizações e da vanguarda que atuam ativamente no SINASEFE.

A direção do Sinasefe não atuou para que o Encontro LGBT servisse para impulsionar a luta contra a opressão sexual, como parte da luta anticapitalista e anti-imperialista. O tom de boa parte do evento já foi dado na mesa de abertura, onde se falou em “tempo livre para que cada orador falasse de sua trajetória”, restringindo o encontro sindical à relatos individuais. Apesar disso, o espaço foi democrático, garantiu inscrições de falas do plenário, que foram politizadas e classistas ao expressarem a necessidade

R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

RESPOSTA MARXISTA À OPRESSÃO SEXUAL



Balanço da trajetória dos movimentos LGBT
A defesa do Partido Operário Revolucionário de lutar pelo fim das opressões com os métodos da luta de classes

 **POR**  **MASSAS**

de vincular a luta contra a opressão sexual à conjuntura nacional e lutas gerais anticapitalistas. Já o segundo dia, foi marcado por um constante relato de experiências de violência familiar, escolar e institucional dos homossexuais e transsexuais. Longas falas sobre sofrimentos e violências, que expuseram a vulnerabilidade e problemas desses explorados. Porém, nenhuma resposta a nível de sindicato, ou encaminhamento que pudesse combater esses episódios ou tirar deles alguma lição coletiva para a luta organizada.

O terceiro dia foi de encaminhamento de um documento longo que não foi disponibilizado para o plenário com antecedência, o que fez com que o debate se restringisse a correção de língua ou adição de elementos, que não permitiram um debate politizado sobre seu conteúdo, nem da organização prática do plano de lutas para garantir que as bandeiras levantadas fossem cumpridas. A Corrente Proletária propôs vincular o documento à ultraexploração capitalista, informalidade, escala 6x1 e a necessidade de lutar por trabalho e direitos. Além de nós, o PSTU interveio, chamando atenção para a necessidade de vincular os cortes da educação com a impossibilidade de colocar inúmeras das bandeiras do documento em vigor. Os demais foram apresentando destaques que, no geral, não mudavam em nada a linha política do documento.

Encontro não relaciona a opressão sexual à necessidade da luta classista – Não serviu para construir o dia 26 de junho como dia Nacional de Paralisação

A mesa contou com representantes do ANDES, FASUBRA e SINASEFE, no entanto, nenhum dos representantes mencionou o não cumprimento dos acordos de greve, a ameaça da Reforma Administrativa ou os ataques sofridos pelas categorias representadas. Exemplo disso, é não terem utilizado do Encontro para construir a paralisação nacional do dia 26 de junho, aprovada por estas entidades. Ou seja, só evidenciou que o dia 26 foi mais um blefe das direções sindicais, que assumem a política de poupar a todo custo qualquer choque da categoria com o governo. Desta forma, o dia 26 de junho foi mais um dia normal de trabalho, mais uma vez o dia nacional de paralisação não passou de anúncio para as redes sociais. Essa postura revela como estas direções sindicais constroem os Encontros Temáticos em caráter distracionista, evitando en-

frentar os desafios concretos da luta sindical e da organização dos explorados.

O Encontro foi guiado pela política reformista, que critica as desigualdades, o avanço da miséria e o ataque aos direitos, mas conclui com a bandeira de “representatividade”, principalmente parlamentar, e cotas trans. Como de costume, a Resistência/PSOL usou nesse encontro o espaço sindical para dar “visibilidade” e trampolim político para suas candidaturas, na linha da “representatividade”, como era de se esperar. Dessa vez, chamaram para uma longa fala o deputado estadual Guilherme Cortez, que se coloca no parlamento burguês como um ativista pelos direitos dos LGBTs e meio ambiente. Além disso, sobre à opressão sexual, coletivos dirigidos por diferentes correntes, como PT e PSOL, apontam que um dos caminhos é que o sindicato atue e até financie os Núcleos de Extensão das instituições, desta forma, deixam de apontar que mesmo estes espaços estão sendo precarizados pela falta de orçamento, e que a tarefa deve ser a luta contra o corte de verba que é mantido pelo governo Lula/Alckmin.

A CPE-POR atuou com fala, manifesto e banca, destacando o lançamento do folheto Resposta marxista à opressão sexual. Defendemos a necessidade de reconhecer a opressão sexual como parte da opressão capitalista, e que a tendência é da violência contra a população LGBT+ avançar com a agudização da crise deste sistema em decomposição, por isso a necessidade de responder com a política proletária, de defesa das reivindicações mais sentidas dos explorados e dos métodos de ação direta. Diante disso, é urgente a defesa dos empregos, salários e direitos. A população LGBT+ é jogada à miséria, prostituição, subemprego, assim como a maioria explorada. Defender o direito desta população existir é defender suas condições de vida. Por isso, os sindicatos têm como dever vincular a defesa da população LGBT+ à luta mais geral dos explorados, contra a jornada 6x1, pela redução da carga horária dos TAEs, contra a reforma administrativa, pela revogação de todas as contrarreformas que atacam direitos e precarizam os serviços públicos, assim como a necessidade de barrar a aprovação da Reforma Administrativa, que ataca principalmente a estabilidade dos servidores públicos. Defendemos que um verdadeiro Dia Nacional de Luta seja aprovado e construído pelo Sinasefe, Andes, Fasubra, centrais sindicais, sindicatos, entidades estudantis e movimentos populares, construído com a participação ativa das bases. Para isso, que sejam convocadas assembleias presenciais nos campi e plenárias presenciais, que pautem a necessidade de defendermos os empregos, salários e direitos.

Pernambuco

A Falta de Democracia na UNE

Tentamos atuar na eleição de delegados do CONUNE na UFRPE, porém a falta sistemática de transparência e democracia nos impediu de poder participar da eleição. Desde a formação da comissão eleitoral, a inscrição de chapas e até a execução foi atravessada pela completa falta de transparência e democracia, a ponto da própria comissão eleitoral unificada ter disponibilizado o regimento eleitoral um dia após o fim da inscrição de chapas, a qual só durou um dia, indicando que foi um jogo de cartas marcadas entre as próprias organizações que organizaram a comissão eleitoral unificada.

Um dos principais erros da comissão eleitoral no campus sede da UFRPE foi ter se esforçado para ocultar as informações, nenhuma nota pública foi feita pela comissão para informar os prazos e nenhuma das forças que construíram nessa comissão eleitoral divulgou publicamente as informações da organização da eleição, restando aos estudantes acompanhar diariamente as informações pelo site do congresso da une, site esse que mostrava prazos e informações incorretas. Além de nós, o coletivo de estudantes indígenas AIÊ da UFRPE também ficou de fora do processo, mesmo

demonstrando o interesse de disputar a escolha de delegados às forças que conformaram a comissão eleitoral, acentuando ainda mais a falta de democracia.

As eleições de base do 60° CONUNE trouxe como novidade a unificação das comissões eleitorais, onde não existe um DCE ativo. Essa forma é um incentivo para que cada organização faça o esforço de escolher nomes para criar sua própria comissão eleitoral de 10 pessoas (C10) na expectativa de ter uma força razoável na comissão eleitoral unificada, caso a CNECO autorize a unificação se for do interesse das forças a unificação. Nas universidades sem DCE é criada uma comissão para cada campus. Essa forma de criação da comissão eleitoral não é democrática, pois é feita à margem do corpo de estudantes da universidade, em seu lugar defendemos a formação da comissão eleitoral por meio da assembleia geral estudantil, tirando os nomes da comissão pela aprovação dos estudantes.

Na UFRPE, especificamente, a comissão eleitoral foi unificada, tendo em sua composição três representantes da majoritária da UNE (UJS, Levante...) sendo um desses três o presidente da

comissão eleitoral, dois representantes da UJR, dois representantes do PCBR e 2 representantes da juventude Fogo no Pavio, juventude do MTST e filiada ao PSOL, que agiu como um braço da majoritária. Três chapas disputaram a eleição na UFRPE, sendo a Chapa 1 a chapa da UJS, Levante/PT, PSOL, a Chapa 2 a chapa da UJR e a Chapa 3 sendo a chapa do PCBR. A eleição ocorreu no dia 12 de junho.

A chapa 1 conseguiu eleger seis delegados, a chapa 2 conseguiu eleger dois delegados e a chapa 3 conseguiu eleger um delegado. No campus sede da UFRPE, menos de 10% dos estudantes votaram, um indício da baixa participação estudantil, num campus com mais de 13 mil estudantes menos de mil votaram.

Manifestamos nosso rechaço à forma como se deu a organização da eleição por meio do voto nulo.

No interior de Pernambuco, no campus UABJ da UFRPE em Belo Jardim, a UJR foi denunciada por criar uma chapa roubando os dados de vários estudantes que não deram a autorização para os inscreverem na chapa. Fatos como esse foram relatados aos montes, como na USP, onde a comissão eleitoral do DCE criou regras que só permitiram às organizações que dirigem o DCE de inscrever chapa, na ocasião a UJR e o AFRONTE. Já na UFRN como na UFES as comissões, que também são de tipo DCE, foram reféns das alterações das regras, como a antecipação das eleições em duas semanas para favorecer a majoritária.

A crise de direção no movimento estudantil é tamanha que mesmo as organizações da chamada oposição à esquerda também se sujeitam ou corroboram com as mesmas ações da corrompida UJS. O PCBR, que afirma defender uma UNE de luta e democrática, também participou da criação de comissões eleitorais antidemocráticas, a exemplo da UFRPE.

Apenas uma oposição revolucionária no seio da UNE poderá superar esses desvios políticos na entidade. Construindo a partir da democracia da assembleia geral de estudantes uma nova forma de conduzir a política da UNE. Em cada universidade onde estivermos e onde se fizer presente a Corrente Proletária Estudantil, devemos intervir com as palavras de ordem, por uma UNE revolucionária e para que os estudantes possam varrer as direções oportunistas, burocráticas e governistas da UNE. Devemos, também, fazer formações com o nosso programa e conscientizar os estudantes do papel da UNE no imobilismo da juventude, expressão da contenção do movimento operário por parte das direções traidoras das grandes centrais sindicais.

A crise na UNE se liga à atual crise de direção revolucionária que vivem as organizações dos trabalhadores em todo o mundo e essa crise só pode ser superada por um programa que aponte as reivindicações e métodos que conectem as lutas imediatas da juventude e dos trabalhadores com a estratégia da revolução socialista.

CONUNE

Resposta à resolução de educação aprovada no CONEB

Preparação para o CONUNE

Nas edições anteriores do jornal Massas, desenvolvemos nossas respostas às resoluções aprovadas no CONEB sobre os temas de conjuntura e movimento estudantil. Agora, apresentamos a resposta à resolução sobre educação aprovada. Trata-se da linha política da direção majoritária da UNE.

O título traz: Reconstruir o ensino superior que o Brasil precisa. E no primeiro parágrafo apresenta as principais políticas do governo Lula no campo da educação, nomeadamente, SISU, ENEM, PROUNI e FIES. De fato, a rede federal foi ampliada nesse período, mas não sem uma ampliação ainda maior da rede privada de ensino que se fortaleceu através do subsídio dado pelo governo através do PROUNI e FIES, na prática os governos compraram as vagas ociosas das particulares e salvaram muitos capitalistas da educação. A concorrência por longo período entre rede pública e rede privada, só pode ter um desenlace em favor de um ou de outro, de acordo com o desenvolvimento da luta de classes. Neste caso, observando agora o caso da rede federal em sua deterioração, problemas de infraestrutura e de permanência, fruto de contínuos cortes de verbas, e, por outro lado, o enriquecimento dos monopólios educacionais como a Kroton, que depois se dividiu em outras tantas empresas, ou mesmo os casos da UNIP e Estácio, que cresceram enormemente com os subsídios e apoio político dos governos, além da ampla implementação do EaD, a prevalência dessa rede de ensino em detrimento do ensino público é evidente. Todos os governos desde esse período enriqueceram ainda mais os capitalistas da educação e receberam em troca uma massa de jovens mal formados, em um mercado de trabalho cada vez mais escasso devido ao avanço da crise capitalista mais geral. Obviamente nada disso aparece no texto da direção da UNE, que prefere apenas dourar a pílu-la do governo de conciliação de classes.

Por mais dois longos parágrafos, a direção enaltece as políticas do governo de frente ampla de Lula e responsabiliza a deterioração do ensino exclusivamente ao governo Bolsonaro, o mesmo movimento que realizou nas resoluções de conjuntura e movimento estudantil. Trata-se da forma adequada para preparar o terreno das próximas eleições, atrelando desde já a juventude à tarefa de reeleger o governo de frente ampla burguesa.

O parágrafo seguinte é o mais impressionante e merece ser transcrito aqui. Eis: “No entanto, ainda há desafios a serem enfrentados. A luta pela ampliação do acesso à educação, através das cotas sociais, raciais e para pessoas trans, PCDs e o vestibular indígena só será completa com a extinção do vestibular. Para tornar esse horizonte possível, é preciso construir uma política de transição de vagas do ensino privado para o público. Da mesma maneira, é necessário defender o FIES e o PROUNI em caráter imediato, para permitir a continuidade do acesso. Porém, não podemos aceitar que esses programas de caráter transitório sejam estruturantes da política educacional no Brasil e que os tubarões de ensino controlem a maioria das vagas e o ensino do país.”

Na primeira parte, a direção faz um vínculo fictício entre política de cotas (reformista) e fim do vestibular (revolucionário), sem explicar (e nenhum outro material seu explica) como uma pode conduzir até a outra. A realidade é que a política de cotas, que já tem 13 anos, não modificou a situação das massas oprimidas em geral, e das massas negras em particular. O pequeno número que ingressou nas universidades públicas representa mais uma concepção da burguesia do que uma transformação social. Na segunda parte do parágrafo, a direção se equilibra entre defender a política privatista e de favorecimento dos capitalistas da educação (PROUNI e FIES) e dizer que deve haver uma transferência de

vagas do privado para o público. Apesar da verborragia sobre os “tubarões da educação”, a política da direção é de conciliação de classes, já que não combate de maneira consequente a mercantilização da educação. A dualidade entre sistema público e privado de ensino no capitalismo sempre representará o favorecimento do segundo sobre o primeiro, afinal estará sempre de acordo com a lógica mais geral do capitalismo. A política econômica do capitalismo em crise, também conhecida como neoliberalismo, avança sobre as estruturas que ainda conservam certo grau de concentração nas mãos do Estado, como a educação. O objetivo é transformar essas atividades em fonte de mais valor e de válvula de escape (certamente temporária) para a queda tendencial da margem de lucro do capital.

O reconhecimento velado da direção da UNE de que “Mesmo com o aumento da oferta de vagas no ensino superior público, é nas instituições privadas de ensino que as camadas populares mais marcam presença, seja pagando altas mensalidades ou através do Prouni e Fies”, revela sua política inconsequente. Em relação ao EaD, a bandeira da direção é de regulação, diferente da bandeira que combateria de maneira consequente essa modalidade de ensino e seu vínculo profundo com a mercantilização da educação, a bandeira de fim da modalidade de ensino à distância.

A direção não faz a devida ligação entre a conciliação com o ensino privado, e seu fortalecimento financeiro, impulsionados pelos governos do PT, com o enorme avanço do Ensino à Distância. Sob essa modalidade de ensino, a educação tradicional que já é memorística, descolada da realidade, se torna ainda mais distantes, encerrando a educação em um formato de simulacro completo da realidade. Efetiva-se a separação completa entre o pensar e o fazer. A bandeira que corresponde a esse problema é a de fim do EaD, como parte da reivindicação de fim do ensino privado: por um sistema único, público, gratuito, científico, sob o comando daqueles que estudam e trabalham.

Uma direção que se apoia na conciliação de classes através da defesa da frente ampla, ou seja, da burguesia no governo, não é capaz de levar a frente à luta pelas necessidades da juventude oprimida, universitária ou que se encontra excluída da continuidade

de dos estudos. A universidade que o país precisa passa pela luta contra toda forma de mercantilização da educação, tendo como estratégia a real autonomia universitária, conquistada pela destruição da burocracia universitária e constituição de um novo governo nas universidades, um governo tripartite, formado por estudantes, professores e demais trabalhadores, sob a base da democracia operária das assembleias gerais universitárias. Essa bandeira estratégica para as universidades não pode jamais ser descolada da luta mais geral pela expropriação revolucionária da burguesia nacional e imperialista, o que inclui os capitalistas da educação e toda sua estrutura mercantil educacional. A transformação revolucionária da universidade é parte da transformação revolucionária de toda a sociedade.

LANÇAMENTO FOLHETO

Juventude e Revolução

Textos de Trotsky e da Quarta Internacional sobre a organização revolucionária da juventude

Adquira com um distribuidor do Jornal Massas por apenas: **R\$ 5,00**

POR **MASSAS**

Grupo de Estudos do Marxismo

A revolução proletária e o renegado Kautsky - Capítulos 1 e 2

O grupo de estudos do marxismo, organizado pelo POR semanalmente, está realizando os estudos do livro de polémica de Lênin contra o renegado Kautsky, líder intelectual da II Internacional. Nesta edição do jornal Massas, abordaremos as principais conclusões dos capítulos 1 e 2.

Em 1918, Kautsky lança seu texto A Revolução Proletária, que Lênin vai caracterizar como mais um sinal evidente da bancarrota da II Internacional. O renegado redige esse material, não para analisar criticamente as particularidades da revolução russa e da formação da ditadura proletária, o que certamente seria uma tarefa bem vinda para os revolucionários do mundo todo. Pelo contrário, Kautsky escreve para atacar a revolução vitoriosa, o que teve o mérito de deixar ainda mais evidente a degeneração da II Internacional e abrir caminho à constituição da Terceira. Não se tratou, porém, de um texto inaugural de críticas de Lênin a Kautsky, desde 1914 que o dirigente bolchevique vinha elaborando uma série de aspectos do rompimento de Kautsky com o marxismo.

O grave está em que Kautsky, assim como Plekhanov na Rússia, admite a luta de classes e o marxismo até certo ponto, a saber, desde que vá até os limites da luta revolucionária pelo poder e não inclua os métodos revolucionários. Lênin lembra que em 1909 Kautsky escreveu seu livro sobre a aproximação da era das revoluções, bem como, em 1912, assinou o Manifesto da Basileia, adotado no Congresso Socialista Internacional, a propósito da guerra dos Balcãs, em que se apontava que a guerra imperialista impulsionaria uma profunda crise econômica e social, e que os socialistas deveriam se utilizar dessa situação para sublevar os povos e acelerar a derrocada do capitalismo.

Antes de entrar nas particularidades de sua crítica, Lênin anuncia o aspecto mais geral da crítica: “No fundo, o erro teórico fundamental de Kautsky, em sua brochura sobre a ditadura do proletariado, reside num disfarce oportunista da doutrina de Marx sobre o Estado, deformação que denunciei ponto a ponto em O Estado e a Revolução.”

Neste primeiro capítulo, Lênin vai discutir o que seria a essência do problema: a “questão da ditadura do proletariado é a questão das relações entre Estado proletário e Estado burguês, entre democracia proletária e democracia burguesa”. Um problema já bastante claro naquele momento, mas que Kautsky insistia em transportar no tempo para o século XVIII, “sobre as relações entre democracia burguesa com o absolutismo e o feudalismo.” Mas para atacar a ditadura do proletariado, não poderia apenas atacar Lênin e os bolcheviques, era necessário atacar Marx, e para isso utilizou o recurso falacioso de fazer uma caricatura do argumento adversário para assim ficar mais fácil de atacá-lo.

Kautsky discorre longamente sobre a democracia em geral, abstraindo seu conteúdo de classe, burguês, e opondo essa democracia em geral à ditadura do proletariado. Essa manobra tão baixa só poderia mesmo ser executada por um renegado, mas não um renegado qualquer, um que conhece profundamente as obras de Marx, afinal, “é preciso não esquecer que Kautsky conhece Marx quase de cor”, afirma Lênin. Mas mesmo com todo esse conhecimento de Marx, apresentou em seu livro o conceito de ditadura do proletariado como sendo “uma palavrinha” apenas, uma citação esporádica de Marx, não como fundamento de toda sua doutrina. O trecho que ele chama de “palavrinha”, é este: “Entre as sociedades capitalista e comunista medeia o período da transformação revolucionária da primeira na segunda. A este período corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser outro senão a ditadura revolucionária do proletariado.”

Chamar esse raciocínio basilar de palavrinha é renegar todo o marxismo. É transformá-lo, como fazem muitos acadêmicos, em uma casca oca, palatável até mesmo para a burguesia, pois lhe retira a essência revolucionária.

O segundo ponto, vinculado ao primeiro, que Lênin vai discutir é o da democracia em geral que permeia o texto de Kautsky. “É natural que um liberal fale de ‘democracia’ em geral. Um marxista, porém, não esquecerá nunca de perguntar: ‘Para que classe?’ Todos sabem, por exemplo - e o historiador Kautsky também o sabe -, que as instituições ou mesmo os grandes movimentos dos escravos da antiguidade provam, de fato, que o fundo do Estado antigo era a ditadura dos proprietários de escravos. Suprimia essa ditadura a democracia para e entre os proprietários de escravos? Todo o mundo sabe que não.”

Com isso, Kautsky, opõe, como um liberal burguês, a ditadura revolucionária do proletariado russo à democracia em geral. Não custa lembrar que a ditadura não elimina a democracia para a classe que a realiza. A ditadura do proletariado é a democracia mais ampla possível, num regime de classes, para o próprio proletariado. E contra a ausência de definição de Kautsky, Lênin define: “A ditadura é um poder que se apoia diretamente na força, e que não é submetido a nenhuma lei. A ditadura revolucionária do proletariado é um poder conquistado e mantido pela força empregada pelo proletariado contra a burguesia, poder que não é submetido a nenhuma lei.”

Por fim, Lênin vai responder aos disparates do renegado quando trata da necessidade ou não da revolução violenta. Em primeiro

lugar, desconsidera a fase própria do capitalismo da época, a fase imperialista. Não se pode tratar de um problema do século XX como se fosse do século XVIII, por exemplo. Kautsky utiliza a Comuna de Paris como argumento para uma ditadura que se apoiou no sufrágio universal. Logo a Comuna, que Marx e Engels estudaram a fundo e fundamentaram o próprio conceito de ditadura do proletariado. Como resposta, Lênin cita Engels quanto ao ponto de vista da Comuna sobre a democracia pura: “Estes senhores (os antiautoritários) já viram algum dia uma revolução? A revolução é, incontestavelmente, a coisa mais autoritária possível. A revolução é um ato pelo qual uma parte da população impõe sua vontade a tiros de fuzil, a baionetas, a canhões, isto é, por meios extremamente autoritários. O partido vencedor tem necessidade de manter seu domínio por meio do terror que suas armas inspiram aos reacionários. Se a Comuna de Paris não tivesse se apoiado na autoridade do povo armado contra a burguesia, teria podido manter-se por mais de um dia? Não temos o direto, pelo contrário, de censurar a Comuna por ter-se utilizado tão pouco dessa autoridade?”

Já no capítulo 2, Lênin discute o problema da democracia burguesa e da democracia proletária mais a fundo. E abre o capítulo com a afirmação: “A menos que não se queira escarnecer do senso comum e da história, é claro que, enquanto existirem classes distintas, não se pode falar em ‘democracia pura’, mas somente em democracia de classe.”

Por trás das noções erradas de democracia e ditadura de Kautsky, está sua noção deformada de Estado. Lênin novamente se utilizará de Engels, para dizer que “Visto que o Estado não é senão uma instituição transitória que é preciso utilizar na luta, na revolução, para abater os adversários, é puro contrassenso falar em Estado popular livre; enquanto o proletariado tem necessidade do Estado, ele necessita dele não para salvaguardar a liberdade, mas para esmagar seus adversários; quando chegar o momento de falar em liberdade, o Estado como tal deixará de existir.” E com isso assenta as bases da concepção marxista, revolucionária sobre o Estado e sua função transitória na luta de classes. Nesse sentido, estava também respondendo ao fato de que no livro do renegado não se encontra uma palavra sequer sobre a repressão do Estado burguês, democrático, sobre os operários, sobre sua legislação proibitiva e sobre suas inúmeras brechas onde pode obter legalmente uma forma de lançar suas forças contra os trabalhadores em luta.

Enquanto se perde em minúcias, como as eleições indiretas na constituição soviética, Kautsky esquece o que é fundamental, que todo aparelho governamental e a máquina governamental são instrumentos de classe. Na democracia burguesa do Estado burguês são muitas as formas utilizadas para afastar as massas do governo, da liberdade de reunião, de imprensa etc. E isso é tanto mais verdade quanto mais desenvolvida é a democracia dos proprietários. O poder soviético foi “o primeiro no mundo - ou melhor, o segundo, porque a Comuna de Paris já tinha começado - a chamar as massas exploradas ao governo.”

Na próxima edição do jornal Massas daremos continuidade ao estudo desta obra de Lênin, com os capítulos “Pode haver igualdade entre explorado e explorador?” e “Proibição aos soviets de se transformarem em órgãos de Estado”.



R\$ 30

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS

LANÇAMENTO LIVRO

Lênin estrategista da revolução proletária

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



Nova
Coleção
Editorial

Lênin estrategista da revolução proletária
Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

Nesta edição:

Ato político em apoio ao Irã e em defesa da Palestina;

Declaração do CERQUI: Estados Unidos atacam o direito de autodeterminação da nação oprimida iraniana;

Palestina: Manifesto do POR - Israel segue estrangulando a Faixa de Gaza; Intervenções nos atos contra o genocídio;

Argentina: O imperialismo, especialmente os Estados Unidos, coloca a humanidade de volta à beira do precipício;

Bolívia: Estatismo e economia de mercado;

33 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



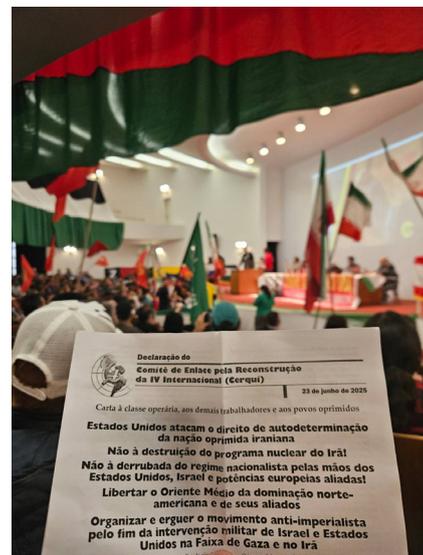
São Paulo

Ato político em apoio ao Irã e em defesa da Palestina

No dia 28 de junho foi realizado na Academia Paulista de Letras um ato político em apoio ao Irã e em defesa da Palestina. O POR participou e convocou o ato, pois compreende a importância da continuidade da luta anti-imperialista. Entretanto, a frente palestina e as grandes organizações e partidos que convocaram a manifestação do dia 15/06 não compuseram e não realizaram outra manifestação.

O POR esteve presente com sua banca de materiais e com o manifesto do CERQUI do dia 23 de junho. Ressaltou a necessidade da tática da Frente Única Anti-imperialista e a necessidade de superar a crise de direção, que é o grande freio para o levante das massas sob uma política revolucionária de combate ao imperialismo.

A linha do POR se destacou por fazer a defesa incondicional dos povos oprimidos, o que inclui rechaçar os ataques do imperialismo ao programa nuclear do Irã. Também por não confundir a defesa do povo oprimido com a política de suas lideranças nacionalistas e seus exitismos conjunturais, mostrando o perigo do avanço da barbárie capitalista em todo o mundo e que somente uma política revolucionária internacionalista poderá pôr fim às guerras de dominação e às opressões nacionais. O camarada ressaltou em sua exposição a tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista.



Intervenção oral do POR no ato

Em nome do Partido Operário Revolucionário, gostaria de fazer uma saudação a essa importante manifestação. Devemos saudar todas as manifestações que ocorrerem em apoio à autodeterminação dos povos oprimidos.

Falo pelo Partido Operário Revolucionário e pelo CERQUI (Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional). Entregamos um Manifesto que traz as consignas, que orientam nossa ação. Gostaria de ler as primeiras proposições, que são fundamentais para mostrar qual a importância da linha a ser desenvolvida pelos revolucionários:

“Estados Unidos atacam o direito de autodeterminação da nação oprimida iraniana.

Não à destruição do programa nuclear do Irã! Não à derrubada do regime nacionalista pelas mãos dos Estados Unidos, Israel e potências europeias aliadas! Libertar o Oriente Médio da dominação norte-americana e de seus aliados. Organizar e erguer o movimento anti-imperialista pelo fim da intervenção militar de Israel e Estados Unidos na Faixa de Gaza e no Irã.”

Essa linha do manifesto do CERQUI mostra a importância de colocar no centro da crise os Estados Unidos como principal responsável pela barbárie no mundo todo, pela guerra comercial e pelas guerras bélicas que estão acontecendo, inclusive na Ucrânia, as guerras na África, as guerras no Oriente Médio e toda a opressão comercial nos países semicoloniais, como na América Latina.

A nova fase que está acontecendo no conflito do Oriente Médio está determinada tanto pelos novos ataques de Israel e dos Estados Unidos sobre o Irã, como pela própria mudança de tática de Israel de aplicar a fome e a miséria absoluta aos palestinos como um cerco econômico para fins militares. Aplica essa medida de guerra, de ataque aos palestinos através da fome.

Também estamos diante de uma mudança na situação geral, que é o retorno das grandes manifestações em todo o mundo. Em diversos países, vemos manifestações multitudinárias, inclusive no Brasil, como tivemos recentemente aqui em São Paulo, manifestação de mais de 30 mil pessoas. Isso é importante para mostrar que a resistência está viva, a resistência que parte das massas

nas ruas, dos trabalhadores, a resistência que acontece no próprio território palestino com os grupos armados, como o Hamas e os demais grupos, e a própria resistência anti-imperialista que o Irã promove na sua resposta aos ataques dos Estados Unidos e Israel.

A atual crise que ocorre no Oriente Médio é parte da crise mais geral do capitalismo, que vem se desenvolvendo desde a década de 70, que teve um aprofundamento em 2008, e que mostra que as forças produtivas do mundo todo estão altamente desenvolvidas. Nós estamos vendo isso com as tecnologias bélicas, como os drones e toda a tecnologia dos mísseis e sistemas de defesa. Mas, por conta das fronteiras nacionais, e por conta da propriedade privada dos meios de produção, essa alta tecnologia não serve em nada para libertar os povos do mundo todo e para resolver o problema da fome e da miséria que acometem os trabalhadores do mundo todo. Ela tem servido para a destruição, para a guerra e para a barbárie.

Por isso, a resposta tem de ser libertar essas forças produtivas. E nós sabemos que a única forma de libertar as forças produtivas do mundo todo é através da Revolução Proletária Internacional. A tarefa que colocamos, a tarefa que os revolucionários têm de cumprir, é a de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista.

Por quê? Nós estamos marchando a passos firmes para grandes confrontos internacionais que podem desembocar em uma Terceira Guerra Mundial. Só que, diferentemente da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, estamos muito mais atrasados na organização da classe operária e dos demais trabalhadores, na organização do Partido Internacional que pode dar uma resposta de conjunto a toda essa barbárie promovida pelo imperialismo.

Por isso, camaradas, nós levantamos a bandeira da Frente Única Anti-imperialista. Porque nós já estamos vendo, nesse conflito, o sentimento anti-imperialista das massas no Oriente Médio, quando comemoram, por exemplo, o Irã jogando bombas em Israel. Porque é um sentimento anti-imperialista.

Mas esse sentimento anti-imperialista precisa ser transformado em organização da luta anti-imperialista através dos sindicatos, através das organizações de massa e através da tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista.

Por fim, camaradas:

Viva a resistência anti-imperialista das nações oprimidas!

Viva a resistência do Irã!

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV internacional (CERQUI)

Carta à classe operária, aos demais trabalhadores e aos povos oprimidos

Estados Unidos atacam o direito de autodeterminação da nação oprimida iraniana

Não à destruição do programa nuclear do Irã!

Não à derrubada do regime nacionalista pelas mãos dos Estados Unidos, Israel e potências europeias aliadas!

*Libertar o Oriente Médio da dominação norte-americana e de seus aliados
Organizar e erguer o movimento anti-imperialista pelo fim da intervenção militar de Israel e Estados Unidos na Faixa de Gaza e no Irã*

O imperialismo norte-americano orientou o Estado sionista de Israel a iniciar o “trabalho sujo”, segundo os termos pronunciados pelo primeiro Ministro da Alemanha, Friedrich Merz. O imperialismo como um todo e seus serviços dos países semicoloniais acham que agora Trump fará o trabalho limpo, porque estaria livrando o Oriente Médio dos perigos nucleares, que representaria o Irã e seu regime teocrático.

Não há como ocultar a farsa de que os Estados Unidos estariam apenas auxiliando o Estado sionista e o seu “regime democrático”. O envio dos Bombardeiros B-2 e a detonação das miraculosas superbombas GPU-57 sobre Fordow, Natanz e Isfahan alarmaram os hipócritas pacifistas e legalistas.

O secretário geral da ONU, António Guterres, alertou para o perigo de “acender um fogo que ninguém poderá controlar”. O diretor geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Rafael Grossi, deu o sinal para que o governo sionista de Benjamin Netanyahu iniciasse o “trabalho sujo”, acionando o alarme com o aviso de que o Irã estava prestes a alcançar a bomba atômica. Embora não apresentasse comprovação, os bombardeios

das Forças de Defesa de Israel foram apresentados como um imperativo “existencial” iminente.

Mas, somente os Estados Unidos poderiam varrer o programa nuclear do Irã, de forma que os iranianos tivessem de capitular e aceitar incondicionalmente as condições prescritas pela Casa Branca. Israel elevou a seu ponto mais alto de agressão ao Irã não só eliminando importantes figuras governamentais, dizimando os quadros de cientistas e destruindo bases de defesa do país, mas também bombardeando as usinas nucleares.

Trump procurou isentar os Estados Unidos como a principal força a declarar guerra ao Irã, dispensando formalidades legais. O presidente americano autorizou o governo Netanyahu a começar o trabalho sujo. Israel tomou a dianteira para ocultar a declaração de guerra pelo imperialismo norte-americano. Facilitou às potências europeias apoiarem a destruição das usinas nucleares iranianas como se fosse para garantir a existência do Estado de Israel.

O terreno foi preparado pelos Estados Unidos. Trump apresentou pontos de um “acordo” que acabava com o aparato

nuclear estabelecido e bloqueava o processo técnico-científico nacional do Irã. Essas condições vinham acompanhadas da redução de sua potencialidade militar, limitando a capacidade de lançamento de mísseis. Nesse marco, o governo iraniano teria também de romper todas as relações com o movimento de resistência do povo palestino. Trump montou a farsa diplomática em torno da discussão sobre um acordo que evitasse os ataques de Israel e dos próprios Estados Unidos às instalações nucleares do Irã. Deu um prazo para o governo aceitar as condições. Não esperou a continuidade das negociações.

Israel alcançou uma capacidade militar muito superior à de qualquer país do Oriente Médio, mas não tem como impor tais condições tipicamente imperialistas. O desespero em anexar a Faixa de Gaza e a Cisjordânia expõe as necessidades econômicas de um país forjado artificialmente e totalmente dependente dos Estados Unidos. De forma que os bombardeios israelenses no Líbano, Síria e Iêmen são expressão da ampla implantação das forças militares dos Estados Unidos na região.

Desde o final de 1950, a potência norte-americana impulsionou a ocupação militar no Oriente Médio como parte de seu expansionismo bélico do pós-Segunda Guerra. Conta com 19 bases altamente tecnificadas e 40 mil soldados. Quebrou a resistência do nacionalismo árabe que se potenciou também na década de 1950, com a vitória do Egito na guerra do Canal de Suez. A Inglaterra e a França cederam lugar aos Estados Unidos que protagonizavam a Guerra Fria e disputavam influência no Oriente Médio com a ex-URSS. As inúmeras guerras posteriores à de Suez foram marcadas pela intervenção norte-americana, cujos resultados favoreceram, em última instância, à ofensiva militarista da América do Norte no Oriente Médio.

Desde 1948, Israel passou a ser um dos fatores mais importantes nos conflitos e guerras na região e se consolidou como um enclave dos Estados Unidos servindo aos seus objetivos imperialistas. O nacionalismo árabe, que chegou a almejar a unidade dos Estados, atingiu seu esplendor com o pan-arabismo na década de 1960. Perdeu consistência nas décadas seguintes, dissolveu-se e os Estados Unidos se impuseram.

Esse percurso esteve profundamente marcado pelas guerras de 1948, 1956, 1967, 1973, 1980, 1982, 1990, 2003 e 2006. A intervenção genocida de Israel na Faixa de Gaza, os ataques ao Líbano, à Síria, ao Iêmen e ao Irã foram calculados de acordo com os objetivos dos Estados Unidos nas condições de potenciação da guerra comercial desencadeada por Trump e voltada principalmente contra a China. De forma que os bombardeios contra o Irã para destruir seu complexo nuclear e suas bases de mísseis balísticos são parte da ampla conflagração impulsionada pela intervenção do Estado sionista na Faixa de Gaza.

A posição do Irã de avisar os Estados Unidos que faria um ataque à base aérea de Al-Udeit, no Catar, de forma que não fosse um ato de guerra, era o que Trump esperava para decidir pela suspensão dos bombardeios e pela busca de um “acordo” sobre a questão nuclear. Ficaram as dúvidas, se as destruições das centrais nucleares de Fordow, Isfahan e Natanz chegaram ao ponto pretendido.

Trump conseguiu unir as potências sob a alegação de que se tratava de eliminar o maior dos perigos no Oriente Médio, que seria um Irã detentor da bomba atômica. Mesmo a maior parte dos opositores às suas medidas de guerra comercial generalizada e ao objetivo de anexar a Faixa de Gaza acabou por apoiar os ataques com os B-2.

As críticas legalistas de que Trump estaria violando leis internacionais já não têm a menor importância. Desde o desconhecimento pelos Estados Unidos da resolução do Conselho de Segurança da ONU, para que se obtivessem provas seguras de que o Iraque detinha armas de destruição massiva, esse órgão criado

pelas potências, sob a máscara da cooperação e pacificação entre os povos, se desmoralizou definitivamente. O Iraque foi arrasado e o seu regime nacionalista varrido. Os Estados Unidos usaram o Iraque na sangrenta guerra contra o Irã, que durou de 1980 a 1988, para depois destruí-lo. Por meio de guerras e fortalecimento de bases militares no Oriente Médio, os Estados Unidos impuseram as relações econômicas e pulverizaram o nacionalismo árabe. Estabeleceram uma hegemonia a ser defendida a todo o custo.

A resistência do Irã, desde a Revolução Islâmica de 1979, em manter sua independência perante os Estados Unidos e demais potências, sustentou o nacionalismo. Os Estados Árabes se submeteram um após outro aos ditames norte-americanos e abandonaram o povo palestino à sua própria sorte. De fato, passaram a colaborar com o esmagamento da Faixa de Gaza e com a invasão colonial da Cisjordânia. O nacionalismo iraniano, ao contrário, se apoiou na resistência que se despontou e se organizou no Líbano e na Síria, embora fossem adversários no campo islâmico, no qual se separam xiitas e sunitas.

No transcurso dos acontecimentos da intervenção do Estado sionista de Israel na Faixa de Gaza, se evidenciou que se tratava de uma guerra contra o Irã, a única força disposta a sustentar a resistência dos palestinos e da fração libanesa nacionalista. Mas, sua capacidade já se encontrava debilitada com a decomposição do regime herdeiro do partido nacionalista e pan-arabista, Baath - que almejou criar uma República Árabe Unida (RAU) - mantido pela família al-Assad. A derrocada final do governo al-Assad, a quebra do Hezbollah e o fortalecimento do governo pró-imperialista libanês permitiram a vitória do cerco sionista ao Hamas.

Esse conjunto de acontecimentos criou as condições para os Estados Unidos se colocarem como a força capaz de romper a resistência iraniana. A Rússia se recolheu com a queda do regime sírio. Está concentrada na guerra com a Ucrânia. Assiste à União Europeia e ao Reino Unido se rearmarem e fortalecerem a OTAN. A China não pôde ir adiante em sua meta de penetração no Oriente Médio, aproximando a Arábia Saudita com o Irã. Tem diante de si o recrudescimento das forças econômicas em descenso e a necessidade de tomar parte da escalada militar encabeçada pelas potências imperialistas. Por enquanto, os Estados Unidos estão com as mãos livres para realizar um ataque brutal à soberania do Irã e para continuar a ditar o rumo das relações conflituosas no Oriente Médio.

No entanto, o imperialismo norte-americano não tem como estabilizar a região, que permanecerá conflagrada pela guerra de Israel contra a resistência palestina. A tendência é de aumentar o descontentamento e a revolta das massas árabes. Os Estados Unidos e aliados europeus não têm nada a oferecer a não ser aumentar o saque e impor duras condições comerciais.

A guerra que se originou na Faixa de Gaza e chegou ao Irã é parte da crise mundial do capitalismo, que vem se desenvolvendo desde a década de 1970. Seria bom para os Estados Unidos, se Trump pudesse concentrar a batalha contra a ascensão da China. Mas, o caminho da confrontação continua passando pela guerra na Ucrânia, portanto, na Europa, e a guerra na Faixa de Gaza-Irã, no Oriente Médio. As forças produtivas ultrapotentes, mas encarceradas pelas fronteiras nacionais, levam aos choques comerciais e tecnológicos, e às disputas pelas fontes de matérias-primas entre as potências, envolvendo de conjunto as nações semicoloniais.

Esteve bem claro que a China e a Rússia nada puderam fazer contra a destruição do sistema nuclear do Irã, apesar de condená-la no Conselho de Segurança da ONU. Resguardam posição diante dos perigos de estender as guerras ainda circunscritas regionalmente para o âmbito mundial. O problema está em que as tendências bélicas estão em uma escalada sem precedentes após a Segunda Guerra. A tarefa de combater as guerras de dominação e

de interromper o avanço do militarismo imperialista depende da classe operária e da maioria oprimida toma-la em suas mãos.

É o momento de cavar trincheiras operárias e populares, que começam com as manifestações e com as respostas opostas às ações do imperialismo. O Irã tem de ser defendido incondicionalmente. Somente o seu povo pode decidir sobre o destino de seu programa nuclear e de seu regime político. Inclusive obter a bomba atômica, se assim decidir. A resposta do Irã foi importante e mostrou a vulnerabilidade do sistema de defesa do inimigo. Essa resposta gerou um grande entusiasmo nos povos árabes que se mobilizaram, e que se refletiu em todo o mundo. A ameaça de terror de Trump chegou até o presidente da República do Irã e até o povo de Teerã. A resposta operária e popular se baseia na realidade objetiva que evidencia o lugar do imperialismo na crise do Oriente Médio como força externa opressora. Força que tem militarizado a região com suas dezenas de bases militares e que apetrecharam o Estado sionista de Israel com os armamentos mais letais, inclusive com a bomba atômica.

O imperialismo e seu braço armado sionista serão limitados e derrotados em um processo revolucionário que se desponta, ainda que tenuemente e em ritmo vagaroso. Emerge do longo processo de revoltas e guerras o programa estratégico do proletariado mundial, que é o programa da revolução social e como sua expressão particular os Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Evidentemente, as gigantescas dificuldades em unir a maioria oprimida em torno ao programa do proletariado se encontram na crise de direção. Todas as forças políticas que se reivindicam do fim do capitalismo e da edificação do socialismo têm de se colocar urgentemente no sentido de um movimento pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Viva a resistência anti-imperialista das nações oprimidas!

Pôr em pé a frente única anti-imperialista!

23 de junho de 2015

Palestina

Israel segue estrangulando a Faixa de Gaza

Que as direções das centrais e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta

Chegamos a 21 meses de massacre ininterrupto dos palestinos da Faixa de Gaza. Mesmo no curto período de cessar-fogo, palestinos foram mortos em Gaza e na Cisjordânia. Em 2025, a principal tática israelense tem sido a fome e o cerco como armas de guerra. As forças sionistas estrangularam o território palestino. Impediram que a própria ONU fornecesse a “ajuda humanitária”, e passaram a controlar a distribuição de ração através de uma única empresa manejada pelos Estados Unidos e pelo próprio Estado sionista.

A Fundação Humanitária de Gaza (FHG), uma empresa privada estadunidense, liderada por um religioso reacionário, é a responsável por fazer a distribuição de alimentos e outros suprimentos aos palestinos. Mais um motivo de lucro aos capitalistas. Diferente dos antigos postos da ONU, que alcançavam até 400 pontos de distribuição, o novo formato controlado por Israel tem apenas 4 pontos de distribuição de suprimentos, o que obviamente leva à aglomerações e tumultos, já que são milhares de palestinos famintos que se deslocam por muitos quilômetros. Obviamente, Israel busca atingir a organização do Hamas e de outros grupos de resistência. Trata-se de um cerco do genocídio.

Não bastassem as condições insalubres impostas coletivamente aos famintos que correm em busca dos alimentos, os palestinos têm sido alvejados nestes locais. Centenas já morreram com a matança sem fim. Os genocidas oferecem as iscas e realizam a caça. Famílias inteiras são destroçadas. Não existe outra opção às presas - a produção própria foi inviabilizada como meio de guerra de dominação. 83% das terras cultiváveis e a mesma porcentagem da estrutura para distribuição de água foram danificadas nos ataques israelenses, o que impede que os palestinos retomem seu trabalho agrícola e pecuário. A estrutura fabril palestina, que já era débil, hoje, inexistente.

O cessar-fogo de Israel com o Irã tem servido para que o Estado sionista aumente a força sobre a Faixa de Gaza. O bombardeio ao país persa responde à estratégia do imperialismo norte-americano de facilitar a anexação do que resta do território palestino. Desde

o início da intervenção na Faixa de Gaza, ficou evidente que a burguesia judia e o imperialismo pretendiam ir muito além de um ataque fulminante ao Hamas e punição aos palestinos. O objetivo mais amplo se manifestou na ampliação da guerra para o Líbano, Síria e Irã.

Nesta semana, o governo israelense ordenou que os palestinos se deslocassem mais uma vez do norte para o sul de Gaza, pois os ataques naquela região seriam intensos. Além disso, foram mais de 100 mortos na semana nas regiões de distribuição de “ajuda humanitária”. Como se vê, Israel continua sendo o fato de guerra e destruição no Oriente Médio, apoiado sempre pelos EUA, que se mantém como fator de guerra no mundo todo. O fato deste país, governado por Trump, emitir declarações aqui e ali de que busca a “paz” no Oriente Médio só pode ser considerada em conjunto com os ataques que ele promoveu contra o Irã recentemente e com toda a ajuda financeira, militar e política (vide os vetos no conselho de segurança da ONU) que os EUA fornecem ao enclave sionista.

O combate à barbárie na Faixa de Gaza é uma tarefa histórica da luta de classes internacional, que se transforma em tarefa das direções políticas e movimentos populares em organizar e mobilizar o maior conjunto possível de trabalhadores para a luta, seja em que latitude estiver, seja qual for a distância até a Faixa de Gaza. Nesses 21 meses, o massacre sobre os palestinos tem sido o maior e melhor exemplo de até onde pode chegar a barbárie capitalista sobre os povos oprimidos do mundo todo. Trata-se então de avaliar se as respostas das direções no Brasil têm sido firmes e abrangentes.

Estamos distantes a pouco mais de 15 dias da maior marcha em apoio aos palestinos que o Brasil já viu. Foi uma manifestação de unidade de mais de 30 organizações sociais. No entanto, não se viu na sequência deste acontecimento as ações necessárias que deveriam ser tocadas pelas direções do movimento operário, popular e estudantil, no sentido de dar continuidade ao sentimento de rechaço das massas às ações do Estado de Israel. Não se viu a convocação de assembleias estudantis e de trabalhadores para

organizar e preparar os próximos passos da luta. Não se viu, na sequência dessa grande manifestação, as ações concretas que pudessem dar passos no sentido dos objetivos buscados desde o Brasil, exigindo do governo Lula o rompimento com Israel e a interrupção dos envios de suprimentos militares voltados à matança dos palestinos em Gaza.

Essa ausência expõe, por um lado, a crise de direção que afeta os movimentos sociais, e, por outro, coloca para a vanguarda com consciência de classe a tarefa de batalhar no interior de cada movimento, de cada frente de luta, para superar essa crise e colocar os sindicatos e movimentos de fato em defesa do povo palestino. Um movimento combativo no Brasil, sem dúvida, se chocaria com a inércia dos governos latino-americanos que em palavras condenam o genocídio, bem como os ataques de Israel e dos Estados Unidos ao Irã, mas que na ação se mostram nulos ou quase nulos. Sem dúvida, se chocaria com os governos que apoiam Israel e se mostram serviçais dos Estados Unidos, a exemplo de Milei na Argentina. No Brasil, a luta pelo fim do genocídio, pela emancipação do povo palestino e pela autodeterminação do Irã esteve e pode estar na vanguarda latino-americana, confluindo com as manifestações em várias partes do mundo, incluindo os Estados Unidos. Essa responsabilidade foi posta em nossas mãos.

As condições para que se erga uma frente única anti-imperialista estão dadas pelas movimentações de trabalhadores no mundo todo. É preciso coordenar e organizar essas ações. O primeiro passo pode ser dado pela convocação imediata de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, inclusive nos portos e aeroportos.

Operários, demais trabalhadores e juventude oprimida, devemos continuar alertas. A guerra contra o Irã poderá retornar. O genocídio sionista na Faixa de Gaza continua a avançar. A crise mundial não arrefece. A guerra na Ucrânia se mantém acesa. Somente a classe operária, unida, em luta, e na direção da maioria oprimida tem como fazer frente à marcha ascendente da escalada militar, impulsionada pelos Estados Unidos e aliados imperialistas. Nesse enfrentamento, os explorados tem sua arma histórica: a revolução social, que é proletária e socialista!

O Partido Operário Revolucionário (POR), seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI), vem perante os trabalhadores e suas organizações defender a organização de um Dia Nacional de Luta que una os trabalhadores em torno às suas reivindicações e às bandeiras de fim das guerras de dominação.

Rio de Janeiro

POR participa do lançamento do Comitê de Solidariedade da Palestina do Colégio Pedro II

No dia 24 de junho, o Partido Operário Revolucionário (POR) esteve presente na primeira reunião de lançamento do Comitê de Solidariedade à Palestina do Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II (SINDSCOPE), realizada no campus Tijuca II.

A atividade contou com três falas iniciais, com duração aproximada de 30 minutos cada, realizadas por membros do sindicato do Colégio, bem como pelos integrantes do Comitê de Solidariedade da Palestina da cidade do Rio de Janeiro. Logo em seguida, o ato foi aberto para as falas das entidades, momento em que a militância porista fez um pronunciamento em defesa de sua linha política.

O POR defendeu a luta anti-imperialista e a constituição da

Frente Única Anti-imperialista, contra o genocídio e pela libertação do povo palestino. Enfatizou a importância da constituição do Comitê dentro de um dos sindicatos mais importantes ligados à educação no Rio de Janeiro. afirmou que o movimento de solidariedade não pode parar ali e que é preciso se estender para os demais sindicatos e movimentos sociais.

A escalada bélica é consequência da decomposição do capitalismo em sua fase imperialista. As condições para a constituição de uma Frente Única Anti-imperialista já estão postas, mas é preciso que as direções políticas, sindicais e populares avancem nesse sentido. Daí a importância da defesa do programa da revolução social, para pôr fim ao capitalismo apodrecido.

São Paulo - ABC

Rearticulação do Comitê Regional do ABC em Defesa da Palestina

O Comitê Regional Unificado do ABC em Defesa da Palestina se reuniu no dia 01 de julho de 2025, após o Grande Ato realizado em São Paulo por ocasião da Marcha Mundial para Gaza, em 15 de junho, e após a agitação realizada em 16 de junho em frente à Estação Santo André da CPTM. Além do POR, MRT e PT, que vinham participando das últimas atividades, a reunião teve a participação da organização Emancipação Socialista, PSOL e PSTU, indicando uma rearticulação do Comitê Regional e permitindo um impulso à luta contra o genocídio do povo palestino na região. A unidade na ação em defesa das nações oprimidas é um passo significativo para organizar a frente única anti-imperialista.

Durante a reunião, apresentou-se um histórico das atividades realizadas pelo Comitê, como manifestações de rua em Ribeirão Pires, Santo André e São Bernardo, almoço de apoio à causa palestina em São Caetano, ato no Sindicato dos Petroleiros de Mauá e cine-debates na UFABC. Reconheceu-se a importância das manifestações de rua, mas para acumular forças, decidiu-se realizar um ato político com a participação de ativistas notórios da causa palestina no dia 26 de julho, às 14h30, em Santo André. Junto a isso, contatar outras entidades, movimentos populares e organizações políticas, realizar panfletagens, ir em espaços

culturais da região e realizar uma nova reunião no dia 15 de julho na UFABC. O POR, que vem fortalecendo o Comitê, seguirá contribuindo para a realização dessas ações.

Observamos uma crítica à denúncia do esvaziamento do Comitê e dos atos em defesa do povo palestino, realizada durante a fala do Comitê no ato em São Paulo pela militante porista (por sinal aplaudida pelos manifestantes), por “ser negativa sobre sua própria entidade”. Tal crítica revela uma postura de complacência com o corpo mole das organizações que não movem esforços para impulsionar a luta unitária contra o genocídio do povo palestino. Não se pode negar que o Comitê estava abandonado, que muitas organizações ignoram os espaços e ações frentistas contra o genocídio, e que as centrais sindicais e frentes de massas demoraram 20 meses para convocar um grande ato contra o genocídio do povo palestino no Brasil.

A intervenção do POR veio no sentido de fortalecer a importância da unidade prática em defesa das nações oprimidas e constituição da frente única anti-imperialista. No momento em que os comitês se tornarem um instrumento da frente anti-imperialista, a luta se consolidará e se ampliará entre os explorados e a juventude oprimida.

Argentina

O imperialismo, especialmente os Estados Unidos, coloca a humanidade de volta à beira do precipício

O governo servil de Milei, de joelhos, o acompanha

A situação política é marcada pelo ataque dos EUA ao Irã, bombardeando as suas instalações nucleares, na sequência dos ataques massivos de Israel com o mesmo objetivo, bem como de outros setores estratégicos e do assassinato de altos funcionários políticos, militares e cientistas. Os EUA estão se juntando à guerra diretamente porque não podem permitir que Israel seja gravemente danificado militarmente pela resposta enérgica do Irã. Este fato é de extraordinária importância, pois agrava a tendência à generalização das guerras.

A situação também é marcada pelo massacre contínuo de palestinos em Gaza, que atinge os níveis mais incríveis de horror por parte de Israel. Pela guerra na Ucrânia causada pelos EUA e pela OTAN, a qual Trump prometeu encerrar em um dia, mas continua se arrastando com mais destruição e morte. Pela absoluta incapacidade das instituições internacionais e das grandes potências mundiais de deter essa aceleração das tendências de guerra.

Pelo contrário, Israel não poderia sustentar tais ataques sem o apoio financeiro, diplomático e militar dos EUA e das potências. Enquanto hipocritamente falam sobre paz, aumentam desenfreadamente seus orçamentos militares. E ameaçam continuar matando. Suas declarações e suas ações são um grito de guerra que pode nos colocar às portas da 3ª Guerra mundial.

Os Estados Unidos, a potência hegemônica, aceleraram sua crise com uma economia estagnada, com uma inflação crescente, com a moeda que está desvalorizada, com uma dívida tão extraordinária quanto os juros que acumula a cada ano, com uma política tarifária que está falhando, com mobilizações extraordinárias que, no último sábado, ultrapassaram 5 milhões de pessoas em todos os estados, fundamentalmente contra a política de perseguição aos imigrantes, com o envio da Guarda Nacional e dos Fuzileiros Navais para reprimir as mobilizações, com confrontos com a Universidade, com o Tesouro, com o Judiciário, divisões no governo (saída de Elon Musk) e fissuras no Partido Republicano. São tantos os conflitos que se multiplicaram em tão pouco tempo que é difícil enumerá-los.

É nessa situação que os Estados Unidos deram um passo à frente atacando o Irã, usando as bombas mais destrutivas que possuem, depois das nucleares. A República Islâmica do Irã respondeu com força aos ataques de Israel, que implorou por uma intervenção direta e urgente dos EUA na guerra para ajudá-lo. O Irã rejeitou as ameaças dos EUA, incluindo a ameaça de assassinato do seu líder, e se recusou a negociar enquanto estava sob ataque. Os ataques e ameaças geraram um movimento geral das massas árabes de simpa-

tia e solidariedade com o Irã.

O sionismo atacou o Irã dois dias antes da reunião do Irã com os EUA, provavelmente sem sua aprovação, para que as negociações fracassassem. Pouco importa agora se havia setores que queriam evitar a intervenção militar direta dos EUA após os desastres causados em suas últimas intervenções no Iraque e no Afeganistão. Já é anedota. O que importa é seu ato aberto de guerra que terá consequências significativas.

É nesse contexto que Milei se solidarizou abertamente com os Estados Unidos e Israel, que visitou até horas antes deste lançar o ataque ao Irã. Sua posição é uma declaração de guerra contra os povos do Oriente Médio. Alinha-se com o setor que expressa a reação do mundo em profunda decomposição, que ameaça a humanidade.

O governo Milei está cada vez mais fraco e desesperado para sustentar uma política que acumula contradições explosivas, que inevitavelmente explodirá como já aconteceu todas as vezes que se tentou aplicá-la. O governo avança ameaçando mais ajustes, mais dívida, mais desequilíbrios e mais repressão, para conter a resposta popular que se espalha.

As inesperadas mobilizações de massa contra a perseguição a Cristina Kirchner introduzem um rumo diferente na campanha eleitoral, que é importante para um governo que quer uma vitória nas urnas a fim de revalidar sua política e usar o mandato de justificativa para ir mais fundo. As grandes corporações também têm expectativas nas eleições para ver até que ponto esse experimento é politicamente sustentável e incentivaram a proscrição de Kirchner, acreditando que isso facilitará o caminho eleitoral para Milei.

A resposta massiva à perseguição desencadeou ilusões na unidade do peronismo, de que ele pode ganhar as eleições, fazendo com que milhões de pessoas que estão virando as costas às eleições votem e que, dessa forma, Milei pode ser derrotado.

LANÇAMENTO!

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E
GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário

R\$ 40

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E
GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO
POSICÃO E RESPOSTA DO
INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



A política de Milei e das grandes corporações nacionais e estrangeiras, do FMI, só pode ser derrotada pela ação direta das massas, com a greve geral, com mobilizações, bloqueios e ocupações, atingindo o coração do poder, a grande propriedade dos meios de produção muito concentrada num punhado de empresas.

Para que a classe operária dirija a rebelião popular, precisa se tornar politicamente independente, lutar por seu próprio poder, essa é a única maneira de poder transformar

a economia, colocando-a a serviço da maioria oprimida.

Também, no plano internacional, somente a classe operária com sua luta, com seus métodos, com sua organização, com sua política pode derrotar as tendências militaristas que levam a humanidade a um desastre maior.

(Extraído do Jornal Massas, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina, nº 482)

Bolívia

Estatismo e economia de mercado

Todos os candidatos da velha direita neoliberal propõem abertamente a “solução” para a crise econômica aplicando medidas de choque contra o povo, visando implementar uma economia de livre mercado na qual as leis da oferta e da procura regulariam a economia. A livre exportação e importação de mercadorias por empresários privados, o investimento estrangeiro sob suas condições, ou seja, dos interesses das multinacionais e não dos do país, a não interferência do Estado nos negócios dos empresários privados e a privatização de todas as empresas estatais. Redução do déficit fiscal encolhendo o aparato estatal, demitindo milhares de funcionários públicos, congelando salários e orçamentos de saúde e educação.

Também o que sobrou do MAS: Andrónico Rodríguez, Eva Copa e o oficialista Eduardo del Castillo concordam em “rever” o tímido estatismo de seu “modelo econômico social produtivo” e promover mais iniciativa privada.

O reformismo, supostamente “de esquerda”, quando aceita a destruição, mesmo que parcial do estatismo, alinha-

-se com os neoliberais e o imperialismo. Este utiliza o mercado livre para acentuar a opressão dos países atrasados, ao mesmo tempo que aplica medidas protecionistas na sua guerra econômica contra a China, por exemplo.

Os operários, professores, trabalhadores da saúde, pequenos empresários, camponeses e pequenos comerciantes devem opor à orgia liberal-burguesa o estatismo e o protecionismo. Devem defender os interesses nacionais contra os do imperialismo, da produção nacional contra a concorrência de mercadorias do exterior e da maioria explorada e oprimida contra a voracidade insaciável dos empresários privados e do imperialismo, que atua por meio de corporações multinacionais.

A imposição burguesa de uma economia de livre mercado significa acentuar o atraso e a miséria da maioria em favor da burguesia e do imperialismo.

(Extraído do Jornal Massas nº 2.841, Órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)



R\$5

Fundamentos e princípios do marxismo-leninismo-trotskismo

O socialismo e a guerra

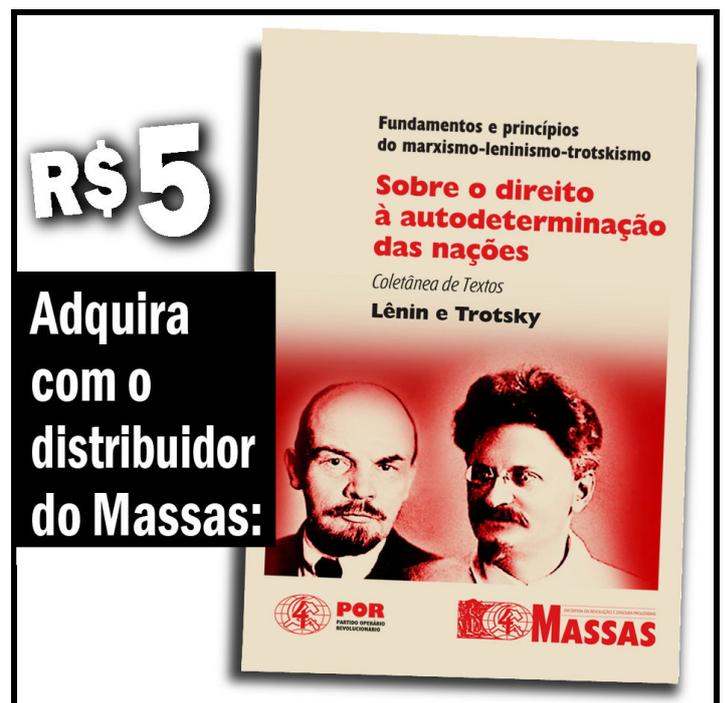
Coletânea de Textos

Lênin

Adquira com o distribuidor do Massas:

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MASSAS



R\$5

Fundamentos e princípios do marxismo-leninismo-trotskismo

Sobre o direito à autodeterminação das nações

Coletânea de Textos

Lênin e Trotsky

Adquira com o distribuidor do Massas:

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MASSAS



33 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

No Jornal Massas anterior, concluímos a exposição do livro “O Novo Curso”, de dezembro de 1923. Fez parte o documento “Para onde vai a Rússia?”, de novembro de 1925. Nesses dois escritos, se encontra a origem das divergências de Trotsky com Stalin e sua camarilha. Em setembro de 1927, estava consolidada a Oposição de Esquerda e ampliada com a adesão de importantes dirigentes como Rakovsky, Radek, Smilga, Kruskaia, Kamenev e Zinoviev. Nesse momento, foi apresentada a Plataforma da Oposição de Esquerda, para ser discutida no XV Congresso do Partido Comunista.

Anteriormente, se havia agravado o choque de opositores com a camarilha estalinista, composta por Stalin, Zinoviev e Kamenev. O que veio a se colocar como uma divergência em torno da direção e medidas econômicas no XII Congresso, de abril de 1923. Lênin

estava enfermo e não pôde participar, mas enviou uma carta onde expunha sua desconformidade com a condução de Stalin.

O “Manifesto dos 46”, de outubro de 1923, dirigido à Executiva do Comitê Central do Partido Comunista questionando a linha econômica e política, baseando-se em uma análise da crise econômica pela qual passava a URSS, assinado por dirigentes como Preobrajenski, Smirnov, Antonov-Ovseenko, Muralov, Nicolaev etc., pôs às claras a emergência de uma grave crise no interior do partido.

Dois anos depois, quando da realização do XIV Congresso, Zinoviev e Kamenev se desprendiam da troika, sofriam sanções por parte de Stalin, e se aliavam à Oposição de Esquerda, liderada por Trotsky. A Oposição de Esquerda Unificada se apoiará na Pla-

taforma elaborada por Trotsky. No entanto, logo a aliança revela sua superficialidade diante da confrontação com a burocracia estalinista, que ganhou força no XIV Congresso. Zinoviev e outros que assinaram a Plataforma renunciaram à luta política e capitularam. Trotsky foi preso e confinado em janeiro de 1928 em Alma-Ata, Cazaquistão. Preobrajenski mantém-se fiel à Plataforma.

O triunfo da camarilha estalinista resultou na dissolução da Oposição de Esquerda. O que Stalin não pôde fazer foi sufocar historicamente a Plataforma, que teve sua continuidade na luta de Trotsky, que no exílio ergueu a Oposição de Esquerda Internacional e conduziu o movimento de resistência ao processo de restauração capitalista, constituindo a IV Internacional em 1938, tendo por base o “Programa de Transição”.

Observação

A Plataforma da Oposição se encontra publicada no livro “A situação na Rússia depois da revolução”. Consta de duas partes. A primeira com doze capítulos, e a segunda com vinte e dois. Nossa exposição se concentrará em alguns capítulos que consideramos mais importantes para o nosso estudo. A primeira parte, denominada “O medo à nossa Plataforma”, é dedicada ao “Discurso pronunciado por Trotsky em 23 de outubro de 1927 sobre a resolução de sua expulsão do Comitê Central”. O discurso está na forma de uma moção de sua defesa e contra a expulsão. Rechaça a acusação de que os “comunistas aderidos à Oposição formavam parte de uma organização contrarrevolucionária”. Na realidade, a GPU, polícia política, havia montado uma farsa sobre um

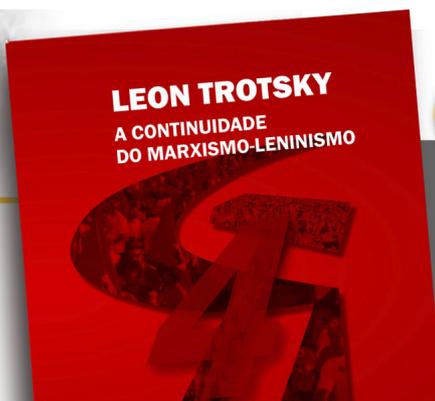
complô da contrarrevolução. A reação do aparato estalinista se utilizava de denúncia contra o “trotskismo”, opondo-o ao leninismo. Trotsky refere-se à “fábrica de falsificações que trabalha noite e dia na produção do ‘trotskismo’”.

Em razão dessa insana perseguição, Trotsky chegou a enviar uma carta à Comissão de História do Partido, mostrando o quanto se havia deformado a sua relação com Lênin, de maneira a enlamear o “trotskismo”. O estalinismo sim, de fato, levava à “destruição da direção leninista do partido”. A própria perseguição ao “trotskismo” consistia em uma ação degenerativa do partido. Eis: “querem expulsar-nos do Comitê Central, e temos de reconhecer que esse passo está em completo acordo com a política atual na

Publicado o livro:

LEON TROTSKY **A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO**

“Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

presente fase de seu desenvolvimento, ou melhor dizendo, de sua degeneração. Esse grupo governante está expulsando do partido milhares de seus melhores membros, os mais fieis bolcheviques: essa camarilha burocrática que se atreve a expulsar bolcheviques como Mrachkovsky, Serebriakof, Preobrajenski, Sharof e Sarkis (...)”. “A característica fundamental da atual direção é sua crença na onipotência dos métodos violentos ainda quando se trata dos membros do próprio partido”. (...) “A violência pode desempenhar um papel revolucionário enorme, mas unicamente sob uma condição: que se ache subordinada a uma verdadeira política de classe. A violência dos bolcheviques contra a burguesia, contra os mencheviques, contra os socialistas revolucionários, empregada sob condições históricas definidas, produziu resultados gigantescos. As violências de Kerensky e Tzeretelli contra os bolcheviques somente conseguiram precipitar a derrota do sistema de compromissos”. (...) “O regime de repressão dentro do partido é uma consequência inevitável de toda a política dos dirigentes. Sobre as costas dos burocratas extremados, se eleva a burguesia interna, que começa a despertar-se, e sobre as costas dela, a burguesia mundial. Todas essas forças oprimem a vanguarda proletária, impedindo-lhe que levante a cabeça ou abra a boca. Quanto mais se afasta a política do Comitê Central do caminho proletário de classe mais necessário resulta impor essa política à vanguarda proletária com métodos de coerção aplicados desde cima.

Essa é a causa radical do atual regime intolerável que impera no partido”.

Trotsky demonstra que com essa linha de ação Stalin estava disposto a “dividir o partido, suprimir a Oposição, acostumar o partido com o método da destruição física”. O objetivo de liquidar a Oposição por esse método estranho aos métodos de luta da classe operária evidenciava que Stalin e seus asseclas serviam de canal ao Termidor. Afirma: “Os piores elementos, corrompidos pelo poder, cegos pelo ódio burocrático, estão preparando o Termidor com toda sua energia”. (...) “Nós dizemos ao partido com toda a franqueza: a ditadura do proletariado se acha em perigo”. (...) “As vitórias da fração de Stalin são as vitórias de forças estranhas sobre a vanguarda proletária. As derrotas do partido dirigido por Stalin são derrotas da ditadura proletária”.

Essa formulação sobre os perigos catastróficos para a Revolução de Outubro é respondida pela Plataforma da Oposição. Se o otimismo revolucionário de Trotsky não se confirmou, ao considerar a Oposição como “invencível”, historicamente se confirmou pelo acerto de ter organizado a resistência ao Termidor que apenas despontava e tomava um primeiro formato.

(As citações foram extraídas de “A situação na Rússia depois da revolução”, Trotsky, Distribuidora Baires S.A.L, Buenos Aires, 1973)

36 anos construindo o partido-programa

 **POR**
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

GUERRA NA UCRÂNIA

“Este livro foi concluído quando a guerra na Ucrânia completou oito meses. Tudo indica que se prolongará por muito tempo. O que significa que ficará incompleto. Mas, decidimos pela sua publicação, uma vez que as posições programáticas e as respostas a cada aspecto fundamental da guerra estão em grande medida estabelecidas. (...) Este livro, como se pode constatar, é uma arma programática, política e ideológica da classe operária contra a guerra, que serve aos interesses dos capitalistas; e a favor da guerra revolucionária de libertação, para destruir o capitalismo e construir a sociedade sem classes – o comunismo.”





 pormassas.org  @massas.por  (11) 9 5446-2020

36 anos construindo o partido-programa

 **POR**
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

100 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

“Não se podem comemorar os 100 anos da Revolução Russa sem se distinguir das hipocrisias estalinistas, da esquerda pequeno-burguesa socialista e dos reformistas. A Revolução Russa é um guia para construir os partidos revolucionários em todo o mundo e reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Eis por que os leitores deste livro se depararão com o nosso esforço de assimilar ao máximo possível as conquistas do leninismo. Eis por que encontrarão nesta publicação as contribuições de Trotsky para a Revolução Russa e a sua luta contra a restauração capitalista.”





 pormassas.org  @massas.por  (11) 9 5446-2020

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



36 anos construindo o partido-programa



SOCIALISMO OU BARBÁRIE



“A decisão de publicar este livro se deve a necessidades programáticas. As análises e respostas estratégicas aos grandes problemas da luta de classes nacional e internacional fundamentam, comprovam e enriquecem o programa da revolução proletária. (...) O vasto trabalho de formulação materializada nesta edição é fruto da militância e da elaboração coletivas. Está aí por que não nos preocupamos em indicar os autores.”



pormassas.org [@massas.por](https://www.instagram.com/massas.por) [\(11\) 9 5446-2020](tel:(11)95446-2020)

36 anos construindo o partido-programa



INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO



Este livro evidencia o entrelaçamento entre as guerras em andamento, o rearmamento e os choques intercapitalistas protagonizados pelos Estados Unidos e seus aliados imperialistas. Mostra a importância da tragédia histórica da derrocada da URSS, dos retrocessos profundos sofridos pelo movimento revolucionário internacional, da retomada em patamares mais elevados da decomposição do sistema capitalista e da necessidade da luta pela superação da crise de direção.



pormassas.org [@massas.por](https://www.instagram.com/massas.por) [\(11\) 9 5446-2020](tel:(11)95446-2020)

36 anos construindo o partido-programa



PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA



“Em setembro de 1938, portanto, às vésperas da eclosão da guerra interimperialista, erguia-se um pilar do internacionalismo proletário. Trotsky, que encabeçou o combate à implantação do nacionalismo estalinista, encarnou toda a lição deixada por Lênin, em sua luta contra a destruição da II Internacional e pela fundação da III Internacional. (...) A vanguarda encontrará, aqui, um rico trajeto de nossa luta pelo Partido Mundial da Revolução Socialista.”

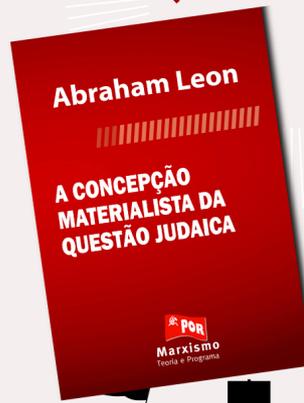


pormassas.org [@massas.por](https://www.instagram.com/massas.por) [\(11\) 9 5446-2020](tel:(11)95446-2020)

36 anos construindo o partido-programa



A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA



Abraham Leon apresenta um estudo em profundidade da história de opressão sofrida pelos judeus, evidenciando o regime social imperante, suas transformações, as relações econômicas e de classe. O estudo dos períodos históricos, bem como do processo contraditório de assimilação e manutenção da identidade nacional, lhe permitiu analisar, criticar e combater o nacionalismo pequeno-burguês do movimento sionista, que acabou servindo aos interesses do imperialismo.



pormassas.org [@massas.por](https://www.instagram.com/massas.por) [\(11\) 9 5446-2020](tel:(11)95446-2020)

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
 nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - [@massas.por](https://www.instagram.com/massas.por) - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020

